

AUDITOR DO ESTADO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo. **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões. Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2412248080M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

CAGE/RS – Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul
CAGE/RS

MODELO/BANCA:

FGV – Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

(Pós-Edital)

DATA DE APLICAÇÃO:

01/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

01/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

Língua Portuguesa**Letícia Bastos****1**

"Apesar das dificuldades, ele manteve a esperança e continuou a lutar pelos seus sonhos." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto sugere que as dificuldades impediram qualquer tipo de progresso em sua vida.
- (B) A palavra "esperança" foi usada no sentido literal de expectativa imediata de resultados.
- (C) O termo "continuou" indica que ele não enfrentou obstáculos significativos.
- (D) A expressão "pelos seus sonhos" sugere uma atitude passiva diante das adversidades.
- (E) O texto indica que, mesmo diante de desafios, ele não desistiu e persistiu na busca por seus objetivos.

2

"Mesmo diante das críticas, ela manteve sua posição, convicta de suas ideias." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto sugere que ela se sentiu abalada pelas críticas e reconsiderou suas opiniões.
- (B) A expressão "manteve sua posição" indica que ela mudou de opinião após refletir.
- (C) O texto destaca a determinação dela em sustentar suas ideias, apesar das críticas recebidas.
- (D) A palavra "convicta" sugere dúvida sobre a validade das suas ideias frente às críticas.
- (E) O termo "mesmo" indica uma condição necessária para que ela defendesse suas ideias.

3

"Embora enfrentasse inúmeras dificuldades, ele nunca desistiu de seus sonhos." Com base na organização estrutural do texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) O texto apresenta uma estrutura de causa e consequência, indicando que as dificuldades não impediram sua persistência.
- (B) O período está organizado em ordem direta, apresentando primeiro a ação principal e depois a condição.
- (C) A expressão "ele nunca desistiu de seus sonhos" funciona como uma ideia secundária de caráter explicativo.
- (D) A oração "Embora enfrentasse inúmeras dificuldades" expressa uma ideia conclusiva diante dos desafios.
- (E) O texto utiliza uma estrutura expositiva para detalhar as razões pelas quais ele persistiu.

4

"Depois da tempestade, vem a calmaria, mas às vezes demora." Com base nas marcas de textualidade presentes na frase, é correto afirmar que:

- (A) A expressão "depois da tempestade" compromete a coerência textual, pois não indica uma relação temporal clara.
- (B) A conjunção "mas" estabelece uma relação de adição, reforçando a ideia anterior.
- (C) A palavra "calmaria" não possui relação semântica com "tempestade", o que prejudica a coesão textual.
- (D) O texto apresenta uma falta de intertextualidade, pois não faz referência a nenhuma ideia ou expressão conhecida.
- (E) A conjunção "mas" estabelece uma oposição, contrastando a expectativa de calmaria com a possibilidade de atraso.

5

"Para preparar o bolo, misture os ingredientes secos em uma tigela, adicione os ovos e o leite, e mexa até obter uma massa homogênea." Com base no modo de organização discursiva utilizado no texto, é correto afirmar que ele se caracteriza por:

- (A) Descrição, pois detalha visualmente o processo de preparo do bolo.
- (B) Narração, pois apresenta uma sequência cronológica de eventos.
- (C) Exposição, pois explica conceitos relacionados à culinária de maneira informativa.
- (D) Injunção, pois instrui o leitor a executar uma ação específica.
- (E) Argumentação, pois defende um ponto de vista sobre a melhor forma de preparar o bolo.

6

"As estrelas brilhavam intensamente no céu, como se sorrissem para quem as admirava." Com base no texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) O texto é não literário, pois apresenta informações objetivas sobre a observação das estrelas.
- (B) O texto é literário, pois utiliza linguagem conotativa e figuras de linguagem para criar um efeito estético.
- (C) O texto é não literário, pois explica fenômenos naturais com precisão científica.
- (D) O texto é literário, pois expõe teorias astronômicas de forma poética e criativa.
- (E) O texto é não literário, pois apresenta uma descrição técnica de um fenômeno astronômico.

7

"Ontem, os alunos apresentaram seus trabalhos com dedicação." Com base na estrutura da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) O termo "ontem" pode ser deslocado para o final da frase sem prejuízo à correção gramatical.
- (B) O termo "os alunos" funciona como objeto direto, podendo ser substituído por "eles".
- (C) A expressão "com dedicação" deveria estar no início para evitar ambiguidade na frase.
- (D) O verbo "apresentaram" exige complemento com preposição para estar corretamente empregado.
- (E) O termo "seus trabalhos" pode ser substituído por um pronome oblíquo sem alteração de sentido.

8

"Ela chegou cedo; no entanto, preferiu esperar do lado de fora." Com base no uso da pontuação e dos sinais gráficos, é correto afirmar que:

- (A) O ponto e vírgula foi usado incorretamente e deveria ser substituído por uma vírgula.
- (B) O conectivo "no entanto" deveria estar entre vírgulas para garantir a correção gramatical.
- (C) O uso do ponto e vírgula é facultativo, podendo ser substituído por um ponto final sem prejuízo.
- (D) O ponto e vírgula está corretamente empregado, separando orações coordenadas com conectivo adversativo.
- (E) A expressão "do lado de fora" exige o uso de parênteses para evitar ambiguidade no texto.

9

"Aos convidados entregou o anfitrião lembranças especiais." Com base na organização sintática da frase apresentada, é correto afirmar que:

- (A) A frase está em ordem direta, já que o sujeito vem antes do verbo.
- (B) O sujeito "o anfitrião" deveria vir antes do verbo para evitar ambiguidade.
- (C) A frase está em ordem inversa, pois o complemento "aos convidados" foi antecipado.
- (D) A expressão "lembranças especiais" funciona como sujeito da oração.
- (E) A ordem direta seria preservada se "o anfitrião" fosse deslocado para o final.

10

"Ele pensou: 'Preciso resolver isso agora, antes que seja tarde'." Com base no tipo de discurso utilizado no texto, é correto afirmar que:

- (A) O discurso é direto, pois apresenta a fala do personagem de maneira literal e sem mediação do narrador.
- (B) O discurso é indireto, já que a fala foi adaptada pelo narrador para integrar-se à narração principal.
- (C) O discurso é indireto livre, pois há uma mistura de pensamento e narração do ponto de vista do narrador.
- (D) O discurso é expositivo, pois explica as razões do pensamento do personagem.
- (E) O discurso é direto, mas aplicado ao pensamento do personagem, apresentando-o de forma literal e delimitado por aspas.

11

"Não perca nossa promoção! Compre agora e ganhe 20% de desconto." Com base no texto apresentado, é correto afirmar que a função da linguagem predominante é:

- (A) Função referencial, pois apresenta uma informação objetiva e impessoal.
- (B) Função conativa, pois busca influenciar o comportamento do receptor por meio de um apelo direto.
- (C) Função emotiva, pois expressa sentimentos e emoções do emissor.
- (D) Função metalinguística, já que explica o próprio código utilizado na comunicação.
- (E) Função fática, pois verifica se o canal de comunicação está funcionando adequadamente.

12

"Ela estava tão fria quanto o inverno mais rigoroso." Com base no aspecto semântico do texto apresentado, é correto afirmar que:

- (A) A palavra "fria" foi usada em sentido figurado, indicando indiferença ou falta de emoção.
- (B) "Fria" indica uma condição física literal, associada à temperatura baixa.
- (C) A expressão "mais rigoroso" é um eufemismo que suaviza a ideia de frieza.
- (D) A frase sugere que a personagem estava literalmente em um ambiente gelado.
- (E) O termo "inverno" foi usado no sentido denotativo, descrevendo uma estação específica do ano.

Legislação Específica

Sérgio Gaúcho

13

A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE, órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, instituição de caráter permanente vinculada ao interesse público como atividade essencial ao funcionamento do Estado, organizada sob a forma de sistema, obedecerá ao regime jurídico especial estabelecido pela Lei Complementar n. 13.451/2010. Sobre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, considere:

- I – Exercer, a título de controle interno, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta e de quaisquer entidades que tenham recebido auxílios, contribuições ou subvenções do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios constitucionais.
- II – Realizar auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial na Administração Direta, nas autarquias, nas fundações de direito público e de direito privado, nas sociedades de economia mista e nas suas subsidiárias, bem como nas entidades de direito privado que apliquem recursos públicos, emitindo os respectivos relatórios e pareceres.
- III – Elaborar a prestação de contas anual do Governador do Estado.
- IV – Prestar assessoria aos municípios em assuntos atinentes ao controle interno

São funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado o que consta em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

14

Com base no disposto na LC n. 13.451/2010, que regulamenta a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I – É assegurada autonomia funcional aos integrantes da carreira de Auditor do Estado, cabendo à Contadoria e Auditoria-Geral do Estado a elaboração de sua proposta de estrutura organizacional e regimento interno.
- II – A função de Contador e Auditor-Geral do Estado exige, entre outros requisitos, graduação em Ciências Contábeis e, no mínimo, oito anos de exercício na carreira de Auditor do Estado.
- III – O processo administrativo-disciplinar envolvendo Auditor do Estado, em exercício na Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, é de competência exclusiva da Secretaria da Fazenda.
- IV – O Contador e Auditor-Geral do Estado possui prerrogativas equivalentes às de Secretário de Estado, e sua nomeação é privativa ao chefe do Poder Executivo.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

15

Com base na Lei Complementar n. 13.451/2010, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – Ao Auditor do Estado, é assegurada a estabilidade após três anos de efetivo exercício no cargo, podendo ser demitido apenas mediante processo administrativo-disciplinar, com ampla defesa, em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante avaliação periódica de desempenho.
- II – O cônjuge de Auditor do Estado que seja servidor estadual poderá ser removido para a sede da unidade operacional onde o Auditor tiver exercício, ainda que isso implique sua redistribuição para o quadro de outra repartição pública estadual.
- III – O Auditor do Estado tem direito à remoção, somente se motivada por interesse do serviço, sendo garantido, em caso de mudança de lotação, a matrícula de seus filhos em estabelecimentos congêneres, independentemente da existência de vagas.
- IV – O Auditor do Estado tem assegurado o ressarcimento da despesa relativa à contribuição anual ao órgão de fiscalização do exercício profissional, sendo tal benefício extensível a cônjuges que também sejam servidores estaduais.

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

16

Com base nas disposições do Decreto Estadual n. 56.703/2022, que regulamenta o Sistema de Controle Interno do Rio Grande do Sul, analise as afirmativas a seguir:

- I – A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado deverá encaminhar materializam os trabalhos de auditoria ao Tribunal de Contas do Estado quando não houver resposta por parte do gestor, as providências recomendadas não forem adotadas, ou os fatos já tiverem gerado efeitos.
- II – A contratação de serviços de auditoria por órgãos da administração pública estadual direta e indireta é permitida, desde que os contratos sejam previamente examinados pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado.
- III – Em situações excepcionais, devidamente justificadas, a atuação de Coordenadores de Seccional ou Setorial em um mesmo órgão pode ser estendida além dos quatro exercícios financeiros consecutivos, observando o limite máximo de seis exercícios financeiros.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.
- (E) Nenhuma afirmativa está correta.

17

Com base nas disposições do Decreto Estadual n. 56.703/2022, que regulamenta o Sistema de Controle Interno do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para os gestores dos órgãos e entidades se manifestarem sobre atos e fatos detectados pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado é de dez dias úteis, prorrogáveis por mais uma vez, a critério do Ministério Público do Estado.
- (B) Sempre que necessário, a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado poderá requisitar laudos técnicos específicos de profissionais não pertencentes ao quadro da administração pública estadual.
- (C) A contratação de auditores por entidades obrigadas a auditorias pela CVM exclui a possibilidade de a Contadoria e Auditoria-Geral do Estado realizar auditorias nessas entidades.
- (D) As normas complementares para execução das competências da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado no âmbito do Sistema de Controle Interno devem ser previamente aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (E) A Contadoria e Auditoria-Geral do Estado supervisiona apenas as unidades operacionais que atuam no controle interno da administração direta, excluindo as entidades da Administração Indireta.

18

Segundo o previsto na Portaria CAGE n. 18, de 6 de junho de 2023, que aprova o Código de Conduta Ética dos agentes públicos da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, analise as seguintes afirmativas:

- I – É vedado ao agente público da CAGE manifestar, para público externo, opiniões depreciativas em relação a posicionamentos institucionais da CAGE ou divulgar informações restritas sem autorização prévia da autoridade competente.
- II – Atribuir erro próprio a outrem é permitido, desde que não cause prejuízo à reputação do colega envolvido.
- III – O agente público da CAGE deve evitar práticas que possam configurar conflito de interesses, sendo vedado aceitar benefícios ou vantagens de pessoas físicas ou jurídicas interessadas em decisões relacionadas às suas atribuições.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas a afirmativa I está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (C) Apenas a afirmativa III está correta.
- (D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

Temática de Gênero, Raça e Etnia**Otoniel Linhares****19**

De acordo com a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), as medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pela autoridade judicial de forma imediata. Uma dessas medidas é:

- (A) Determinar que a vítima faça o pagamento de uma indenização ao agressor.
- (B) Exigir que a vítima permaneça na residência do casal para preservar o patrimônio familiar.
- (C) Suspender imediatamente a posse ou restrição de uso de armas pelo agressor, quando este possuir registro legal.
- (D) Conceder ao agressor o direito de visitas diárias e sem supervisão aos filhos menores.
- (E) Determinar que a vítima e o agressor participem conjuntamente das sessões de mediação.

20

A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) define como violência doméstica e familiar contra a mulher:

- (A) Somente a violência física que causa lesões graves.
- (B) Apenas a violência moral praticada dentro do ambiente doméstico.
- (C) Qualquer ação ou omissão que cause dano físico, psicológico, sexual, patrimonial ou moral.
- (D) Exclusivamente agressões que ocorrem nas relações de participação formalmente casadas.
- (E) Atos violentos contra a mulher praticados apenas por familiares consanguíneos.

21

Entre os objetivos da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estão:

- (A) Incentivar o isolamento social da mulher para evitar conflitos familiares.
- (B) Fortalecer a autonomia das mulheres e promover a igualdade de gênero.
- (C) Priorizar apenas a proteção do agressor, sem considerar a proteção da vítima.
- (D) Restringir o acesso das mulheres às instituições de apoio e proteção.
- (E) Desestimular o uso de serviços de saúde e assistência social às vítimas.

Temática de Gênero, Raça e Etnia**Leo Castro****22**

De acordo com o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Rio Grande do Sul (Lei n. 13.694/2011), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Estatuto considera discriminação racial apenas as distinções baseadas em raça, não abrangendo a cor, a descendência, a origem nacional ou étnica.
- (B) Segundo o Estatuto, ações afirmativas são unicamente programas educacionais destinados à formação profissional dos negros no ensino superior.
- (C) O Poder Público tem o dever de coibir a utilização dos meios de comunicação social para a difusão de proposições que exponham pessoa ou grupo ao ódio ou desprezo, inclusive por motivos religiosos.
- (D) O Estatuto determina que a saúde da população negra será garantida por ações exclusivas do setor privado, sem a necessidade de políticas públicas ou intervenções estatais.
- (E) O Estatuto não prevê medidas específicas para garantir a participação equilibrada de diferentes segmentos raciais na esfera pública e privada, limitando-se às esferas da educação e da cultura.

23

Com base no Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa (Lei n. 13.694/2011) do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Estatuto limita-se a reconhecer direitos raciais, não estabelecendo qualquer política para o combate à intolerância religiosa.
- (B) Segundo o Estatuto, a definição de “negro” depende exclusivamente de laudos antropológicos oficiais, sem levar em conta a autodeclaração da pessoa.
- (C) O Estatuto prevê que ações afirmativas podem ser adotadas tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada, visando corrigir desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades.
- (D) O Estatuto não inclui a saúde da população negra entre suas preocupações, restringindo sua atuação às áreas da educação e da cultura.
- (E) De acordo com o Estatuto, a memória histórica legada pelos negros à sociedade gaúcha não precisa ser preservada, pois é considerada um tema de relevância secundária.

24

De acordo com o Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Rio Grande do Sul (Lei n. 13.694/2011), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Estatuto define "desigualdade racial" apenas como uma situação de falta de acesso a recursos financeiros, não incluindo outras oportunidades nas esferas pública e privada.
- (B) A proteção prevista pelo Estatuto para as comunidades remanescentes de quilombos restringe-se à isenção de tributos, não abarcando questões fundiárias ou de reconhecimento de propriedade.
- (C) O Estatuto prevê a promoção de políticas públicas para valorização da cultura "Hip-Hop", incluindo manifestações como "Rap", "DJs", "break dance" e grafite, reconhecendo-as como atividades culturais, esportivas e lúdicas.
- (D) Segundo o Estatuto, as ações afirmativas restringem-se aos programas no campo da saúde, não existindo previsão de medidas no âmbito da educação, cultura ou mercado de trabalho.
- (E) O Estatuto não aborda a necessidade de inserção do estudo da História e Cultura Afro-brasileiras nos currículos escolares dos ensinos Fundamental e Médio, ignorando a legislação federal correspondente.

Matemática Financeira**Marcelo Leite****25**

Considere o fluxo a seguir:

Ano	Valor (em R\$)
0	- 2.000,00
1	1.100,00
2	1.210,00

Considerando que a taxa de desconto for igual a 10% ao ano, então o valor presente líquido será igual a:

- (A) R\$ 310,00
- (B) – R\$ 100,00
- (C) – R\$ 210,00
- (D) 0
- (E) – R\$ 310,00

26

Paulo deseja comprar uma casa, cujo preço à vista é igual a R\$ 300.000,00, porém ele não possui essa totalidade. Para adquirir esse bem, Paulo irá fazer um financiamento a taxa composta de 1% ao mês, em 300 parcelas mensais, utilizando o sistema de amortização constante. Então, o valor pago na oitava parcela será igual a:

- (A) R\$ 1.000,00.
- (B) R\$ 3.930,00.
- (C) R\$ 3.900,00.
- (D) R\$ 3.810,00.
- (E) R\$ 3.790,00.

27

Um veículo pode ser adquirido à vista por R\$ 100.000,00 ou financiado em 12 parcelas mensais a taxa composta de 6% ao mês, utilizando o sistema de amortização francês. Caso um cliente deseje financiar o citado veículo, então o valor da nona parcela será igual a:

Dado: $1,06^{12} = 2$

- (A) R\$ 11.600,00
- (B) R\$ 11.700,00
- (C) R\$ 11.800,00
- (D) R\$ 11.900,00
- (E) R\$ 12.000,00

28

Um título com valor de face igual a R\$ 20.000,00 com vencimento daqui a 2 meses, porém será antecipado o seu pagamento para a data de hoje. Considerando que a taxa de desconto composto comercial é igual a 10% ao mês, então o valor atual pago pelo título é igual a:

- (A) R\$ 3.800,00
- (B) R\$ 16.000,00
- (C) R\$ 16.100,00
- (D) R\$ 16.200,00
- (E) R\$ 16.300,00

29

Uma loja vende um par de tênis à vista por R\$ 100,00 ou em duas parcelas de R\$ 60,00, sendo a primeira no ato da compra e a outra após um mês. A taxa de juros cobrado pela loja é igual a:

- (A) 20%
- (B) 50%
- (C) 45%
- (D) 30%
- (E) 15%

30

Marcos solicitou junto uma instituição um empréstimo de R\$ 20.000,00, porém será pago em apenas uma parcela daqui a 2 meses, a taxa composta de 16% ao bimestre, capitalizados mensalmente. Assim, o valor pago por Marcos para quitar a dívida será igual a:

- (A) R\$ 23.362,00
- (B) R\$ 23.674,00
- (C) R\$ 23.765,00
- (D) R\$ 26.912,00
- (E) R\$ 27.210,00

Estatística
Carla Lima**31**

A administração de uma região de determinada cidade precisou realizar um levantamento da arborização em um conjunto de 12 condomínios. Na tabela abaixo, a quantidade de árvores por condomínio é dada por x , seguida de suas frequências absoluta e relativa.

x	frequência absoluta	frequência relativa
25	4	$\frac{4}{12}$
16	3	r
43	2	w
36	1	$\frac{1}{12}$
32	y	z

Em relação às frequências absoluta e relativa de x , pode-se afirmar que

- (A) $y = z$.
- (B) $r = w$.
- (C) $y = r$.
- (D) $w = z$.
- (E) $z = r$.

32

O estudo de populações de pássaros é essencial para compreender a dinâmica ecológica, monitorar a biodiversidade e avaliar os impactos de atividades humanas no ambiente. Uma amostra de 200 indivíduos de diferentes espécies de pássaros foi coletada em uma área de floresta tropical durante o período de um mês. A pesquisa teve como objetivo identificar a abundância relativa de espécies. Segue a tabela com os resultados:

Espécie	Nº de Indivíduos
Pardal (<i>Passer domesticus</i>)	50
Beija-flor (<i>Trochilidae</i>)	40
Sabiá (<i>Turdus rufiventris</i>)	30
Tucano (<i>Ramphastos toco</i>)	20
Arara (<i>Ara ararauna</i>)	15
Coruja (<i>Strigiformes</i>)	10
Gavião (<i>Accipitridae</i>)	20
Outras espécies	15

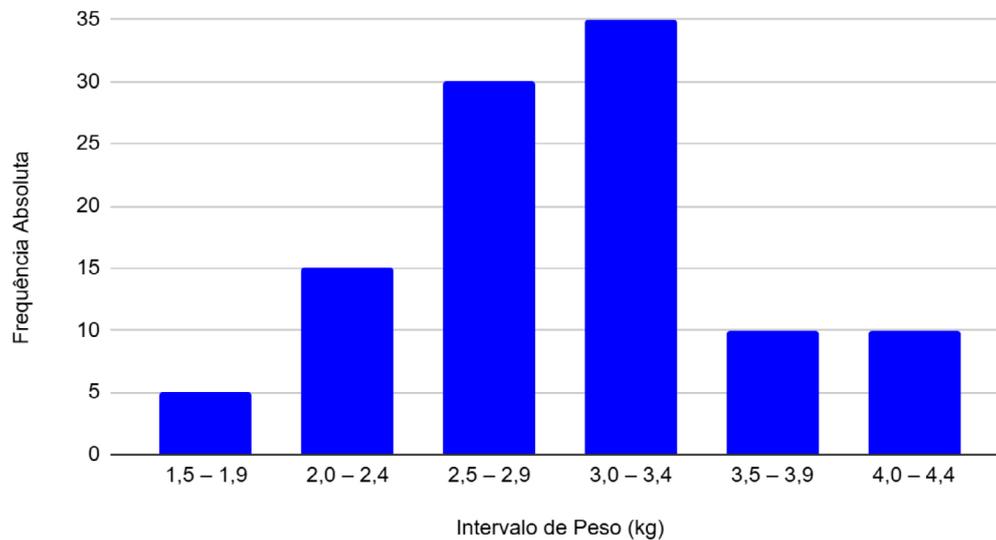
A média de indivíduos, por espécie, é igual a:

- (A) 25.
- (B) 26.
- (C) 28.
- (D) 29.
- (E) 30.

33

A avaliação do peso ao nascer é um importante indicador de saúde neonatal e fornece informações valiosas sobre o estado nutricional da mãe durante a gestação, bem como sobre o desenvolvimento do bebê. Um estudo foi realizado para analisar o peso de 105 bebês recém-nascidos em uma maternidade. Os pesos foram registrados em intervalos e os resultados foram organizados em uma tabela de frequência absoluta.

Frequência Absoluta/ Intervalo de Peso (kg)



Com base nesses dados, a mediana dos pesos (kg), dos bebês registrados, está no intervalo:

- (A) 2,0 - 2,4
- (B) 2,5 - 2,9
- (C) 3,0 - 3,4
- (D) 3,5 - 3,9
- (E) 4,0 - 4,4

34

A amplitude estatística é uma medida de dispersão amplamente utilizada em análise de dados. Sobre a amplitude, pode-se afirmar que é

- (A) a soma de todos os valores do conjunto de dados dividida pelo número de elementos.
- (B) a diferença entre o maior e o menor valor em um conjunto de dados.
- (C) a medida que indica o valor que aparece com maior frequência em um conjunto de dados.
- (D) o quadrado da média das diferenças entre os valores de um conjunto e sua média.
- (E) sempre igual ao desvio padrão dos dados.

35

O desvio padrão é uma medida estatística amplamente utilizada para avaliar a dispersão de um conjunto de dados em relação à média. Sobre o desvio padrão, sabe-se que

- (A) é uma medida que indica a diferença absoluta entre cada valor e a média de um conjunto de dados.
- (B) mede o quanto, em média, os valores de um conjunto estão afastados da mediana.
- (C) é sempre calculado a partir das frequências absolutas de um conjunto de dados.
- (D) mede a dispersão dos valores de um conjunto em torno da média, levando em conta todas as observações.
- (E) é igual à média dos valores de um conjunto de dados.

36

A amostragem por conglomerados é uma técnica amplamente utilizada em estatística para selecionar amostras em pesquisas e estudos. Sobre a amostragem por conglomerados, pode-se afirmar que

- (A) a amostragem por conglomerados seleciona indivíduos aleatoriamente de toda a população, sem qualquer agrupamento prévio.
- (B) na amostragem por conglomerados, a população é dividida em grupos heterogêneos chamados de conglomerados, e apenas alguns desses grupos são selecionados aleatoriamente para análise.
- (C) a amostragem por conglomerados é adequada apenas quando todos os conglomerados têm tamanhos idênticos e homogêneos.
- (D) na amostragem por conglomerados, todos os indivíduos da população devem ser incluídos para garantir a representatividade.
- (E) a amostragem por conglomerados é o mesmo que a amostragem estratificada, pois ambas dividem a população em subgrupos antes de selecionar amostras.

Economia – Microeconomia

Geraldo Góes

37

Se a função utilidade de um consumidor é dada por $U = X^a \cdot Y^b$, o preço do bem x é P_x , o preço do bem Y é P_y , e a renda do consumidor é R . Então, é INCORRETO afirmar que :

- (A) A quantidade ótima do bem X^* é $(aR) / ((a+b) \cdot P_x)$
- (B) A quantidade ótima do bem Y^* é $(bR) / ((a+b) \cdot P_y)$
- (C) O bem X é um bem normal.
- (D) O bem Y é um bem superior
- (E) A elasticidade-preço do bem X é -1

38

A função de produção de uma firma é $Q = K^{1/2} \cdot L^{1/2}$, onde K é o nível do capital e L é o nível de mão-de-obra. Se o preço do capital é 40 e o preço do trabalho é 20 e se o custo fixado pela firma é de 240, então é CORRETO afirmar que:

- (A) As isoquantas são retas
- (B) As quantidades ótimas dos insumos capital e trabalho são 3 e 6 respectivamente
- (C) Os insumos são substituto perfeitos
- (D) As isoquantas são em forma de cantoneiras(forma de "L")
- (E) A firma possui rendimentos crescentes de escala

39

Se a função utilidade do indivíduo A é $U_A = R^{1/2}$, a utilidade do indivíduo B é $U_B = R^2$ e a utilidade do indivíduo C é $U_C = 2R$, então podemos afirmar que :

- (A) O indivíduo C possui utilidade convexa.
- (B) A função utilidade do indivíduo C é côncava.
- (C) O indivíduo A é neutro ao risco.
- (D) A função utilidade do indivíduo A é linear.
- (E) O indivíduo B é propenso ao risco.

40

Uma firma competitiva possui um custo total (CT) dado pela equação

$CT = q^2 + 10q + 100$, sendo q a quantidade produzida, então, no longo prazo, podemos afirmar que:

- (A) O preço de equilíbrio é 20.
- (B) A quantidade produzida é 20.
- (C) A receita total é 280.
- (D) O lucro da firma é zero.
- (E) O custo total é 270.

41

A demanda de uma firma monopolista é $p = 150 - 2 \cdot q$, na qual p é o preço do produto e q é a quantidade produzida. A curva de custo total é dada por

$CT = q^2 + 30 \cdot q + 50$. Podemos afirmar que preço cobrado pelo monopolista é

- (A) o preço cobrado pelo monopolista 100.
- (B) a quantidade produzida pelo monopólio é 10.
- (C) ao preço 100 a demanda é inelástica.
- (D) ao preço de 75 a demanda é elástica.
- (E) ao preço de 75 a Receita Total é máxima.

42

Considere a matriz de ganho apresentada abaixo:

		Maria	
		C	D
João	A	4,2	2,3
	B	1,6	3,5

João pode escolher entre as estratégias A e B , José pode escolher entre as estratégias c e D . Assinale a afirmativa correta:

- (A) João possui estratégia dominante.
- (B) (B,D) é equilíbrio de Nash em estratégia pura.
- (C) Maria possui estratégia dominante.
- (D) (A,C) é equilíbrio de Nash em estratégia pura.
- (E) Não existem equilíbrios de Nash em estratégia pura.

Economia – Macroeconomia**Geraldo Góes****43**

Considere os seguintes dados de uma economia hipotética:

Formação Bruta de Capital (FBKF): 480
Varição de estoques (Δe): 120
Poupança privada líquida (SPliq) = 270
Depreciação (dep) = 30
Exportação de Bens e Serviços não fatores (Xnf): 500
Importação de Bens e Serviços não fatores (Mnf): 300
Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLE): 300

Podemos afirmar que o saldo em conta corrente do governo é :

- (A) 100
- (B) 200
- (C) 300
- (D) 400
- (E) 500

44

O multiplicador dos meios de pagamento mostra os Meios de Pagamento (M) como um múltiplo (m) da Base monetária (B), ou seja, $M=mB$, onde m é o multiplicador dos meios de pagamento. Em relação a esse multiplicador dos meios de pagamento, podemos afirmar:

- (A) Será menor quanto menor for a proporção de papel-moeda em poder do público em relação aos depósitos à vista.
- (B) É inversamente proporcional à taxa de reservas mantidas pelos bancos comerciais.
- (C) É aumentado pelo aumento das reservas compulsórias pelo Banco Central.
- (D) Aumenta com o aumento na preferência do público por depósitos à vista frente ao papel-moeda.
- (E) É diretamente proporcional à relação entre reservas bancárias e depósitos à vista.

45

Em relação à definição de taxa de câmbio adotada no Brasil, é INCORRETO afirmar:

- (A) A taxa de câmbio é o preço da moeda nacional expresso em moeda estrangeira.
- (B) Uma desvalorização nominal causa a desvalorização real quando não há defasagem entre os níveis de preços internos e externos.
- (C) Uma valorização da moeda nacional diminui as exportações líquidas e desloca a curva IS para a esquerda e, portanto, também desloca a Demanda Agregada para a esquerda.
- (D) A taxa de câmbio e as exportações são inversamente proporcionais.
- (E) A taxa real de câmbio é dada pelo produto da taxa nominal de câmbio pela razão entre preços domésticos e preços externos.

46

Em relação ao chamado modelo IS-LM-BP, aponte a afirmativa INCORRETA:

- (A) Com perfeita mobilidade de capitais e câmbio fixo, a política monetária é inócua, de modo que uma expansão monetária não aumenta o produto; diremos, então, que a moeda se endogeuiniza.
- (B) Em uma economia pequena com perfeita mobilidade de capitais (curva BP horizontal), a taxa de juros doméstica não é afetada por políticas fiscal ou monetária, e se mantém constante ao nível da taxa internacional.
- (C) A curva BP mostra, para uma dada taxa de câmbio, as combinações de taxa de juros e renda que equilibram o balanço de pagamento. Quanto menor a mobilidade de capitais (maior a imobilidade), tanto mais íngreme será a curva, de modo que, com perfeita imobilidade de capitais a curva BP é vertical.
- (D) Pontos situados acima/esquerda da curva BP representam superávits no balanço de pagamento, enquanto, pontos situados abaixo/direita da curva BP representam déficit externo.
- (E) Independentemente do regime de mobilidade de capitais, uma desvalorização da moeda nacional causa um deslocamento da curva BP para a direita e vice-versa, uma valorização da moeda nacional causa um deslocamento da curva BP para a esquerda.

47

A trajetória da relação dívida/PIB é tanto mais sustentável quanto:

- (A) Menor a taxa de crescimento do PIB (g).
- (B) Maior a taxa real de juros (r).
- (C) Maior a dívida no período anterior (DIV_{t-1}).
- (D) Menor o déficit primário (DP).
- (E) Menor o superávit primário.

48

Em relação à Política monetária e taxa de juros, é INCORRETO afirmar:

- (A) Se o investimento é perfeitamente inelástico à taxa de juros, uma expansão monetária diminui a taxa de juros.
- (B) Se a demanda por moeda é perfeitamente inelástica à taxa de juros, uma expansão monetária diminui a taxa de juros.
- (C) Se a demanda por moeda é perfeitamente elástica à taxa de juros, uma expansão monetária diminui a taxa de juros.
- (D) No trecho intermediário da LM, uma contração monetária, causa um aumento da taxa de juros
- (E) Um aumento dos preços causa equivalente a uma contração monetária real deslocando a curva LM para a esquerda.

Tecnologia da Informação

Vitor Kessler

49

Em um cenário de aprendizado de máquina, é comum desejarmos construir modelos capazes de classificar corretamente novas instâncias. Suponha que você tenha um conjunto de dados contendo características de plantas e o rótulo “comestível” ou “não comestível”. Durante o treinamento, o algoritmo recebe pares entrada-saída (características e rótulo), permitindo ao modelo aprender uma função de classificação. O tipo de aprendizado de máquina que melhor descreve essa abordagem é:

- (A) Aprendizado não supervisionado, pois não há rótulos disponíveis e o modelo deve descobrir padrões por conta própria.
- (B) Aprendizado supervisionado, uma vez que existe um conjunto de exemplos rotulados que orienta o ajuste do modelo.
- (C) Aprendizado por reforço, pois o modelo recebe recompensas ou punições a cada predição correta ou incorreta.
- (D) Aprendizado semi-supervisionado, já que parte dos dados é rotulada e parte é não rotulada.
- (E) Aprendizado por transferência, porque o modelo foi previamente treinado em outro domínio e apenas adaptado ao atual.

50

Considere um modelo de aprendizado de máquina que, após ser treinado, apresenta desempenho excelente no conjunto de treinamento, porém seu desempenho em novos dados de teste é muito inferior. Esse problema ocorre com frequência quando o modelo aprende detalhes e ruídos específicos do conjunto de treinamento, prejudicando sua capacidade de generalização. Como chamamos esse fenômeno?

- (A) Underfitting.
- (B) Overfitting.
- (C) Regularização.
- (D) Cross-validation.
- (E) Normalização.

51

Em um ambiente de Big Data, os conjuntos de dados costumam ser caracterizados por um grande volume, variedade e velocidade. Entre as características-chave desse ambiente, o que a “variedade” melhor descreve é:

- (A) A necessidade de aumentar continuamente a potência de processamento.
- (B) A capacidade de processar e analisar dados apenas de fontes internas.
- (C) A impossibilidade de integrar dados não estruturados com estruturados.
- (D) A existência de diferentes tipos e formatos de dados, como texto, imagem, áudio e vídeo.
- (E) A obrigação de analisar dados somente em tempo real.

52

A arquitetura de um sistema de Big Data normalmente envolve ferramentas que permitem o processamento distribuído de grandes volumes de informações. Assinale a tecnologia amplamente reconhecida por possibilitar o processamento de dados em larga escala e em clusters:

- (A) Apache Hadoop
- (B) Microsoft Excel
- (C) SQL Server Management Studio
- (D) Oracle Forms
- (E) MS Access

53

Empresas que lidam com grandes volumes de dados costumam recorrer à computação em nuvem para obter armazenamento escalável e processamento distribuído sob demanda. Nesse contexto, um dos principais benefícios do uso de plataformas de nuvem para Big Data é:

- (A) A necessidade obrigatória de adquirir hardware próprio para suporte às cargas.
- (B) O acesso apenas a serviços de armazenamento, sem oferecer ferramentas de análise.
- (C) A escalabilidade elástica, permitindo ajustar recursos conforme o volume de dados aumenta ou diminui.
- (D) A limitação a dados estruturados, sem suporte a dados semiestruturados ou não estruturados.
- (E) A impossibilidade de integrar soluções de Big Data com serviços de aprendizado de máquina fornecidos pela nuvem.

54

No modelo cliente-servidor, existe uma clara separação de funções entre quem solicita e quem provê o serviço. Considerando essa separação, assinale a opção que melhor descreve o papel do servidor:

- (A) O servidor apenas encaminha as solicitações do cliente para outro cliente.
- (B) O servidor mantém exatamente a mesma função do cliente, sem diferenciação de responsabilidades.
- (C) O servidor é responsável por processar as solicitações recebidas do cliente, executar a lógica de negócios e enviar a resposta adequada.
- (D) O servidor envia requisições periódicas ao cliente para manter a comunicação constante.
- (E) O servidor não processa nada, ficando apenas inativo até receber um comando do cliente para se transformar em cliente.

55

A implementação da transformação digital envolve fatores além da tecnologia, incluindo aspectos culturais, organizacionais e de liderança. Assinale a medida coerente com uma estratégia bem-sucedida de transformação digital:

- (A) Limitar o acesso a novas ferramentas tecnológicas a um grupo restrito de colaboradores.
- (B) Promover uma cultura de inovação, incentivando equipes multifuncionais a experimentar, aprender com erros e adaptar-se rapidamente a mudanças tecnológicas e de mercado.
- (C) Evitar treinamentos e capacitações, pois os colaboradores aprendem melhor na prática.
- (D) Concentrar os esforços em marketing digital, ignorando operações, finanças e demais áreas da empresa.
- (E) Priorizar a substituição completa de todos os profissionais por sistemas automatizados.

56

Em uma rede IoT com dispositivos de baixo poder computacional, qual abordagem de segurança é mais adequada?

- (A) Criptografia assimétrica pesada para todos os pacotes.
- (B) Chave simétrica compartilhada entre todos os dispositivos.
- (C) Uso de criptografia leve (como AES) e gerenciamento dinâmico de chaves.
- (D) Exclusão total de criptografia para minimizar atraso.
- (E) Autenticação por endereço MAC.

57

Depois de alguns meses, João, auditor da área de segurança da informação, percebe que a tecnologia da organização avançou e novos tipos de ameaças surgiram no mercado. Qual ação de gerenciamento a longo prazo João deverá realizar?

- (A) Deixar as políticas inalteradas, confiando que continuam adequadas.
- (B) Rever periodicamente as políticas, adaptando-as a novas ameaças e contextos tecnológicos.
- (C) Remover todas as regras, tornando o ambiente sem diretrizes.
- (D) Ignorar feedback interno e basear a revisão somente em normas externas.
- (E) Substituir a análise de riscos por suposições pessoais.

58

De acordo com o Artigo 2º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos, entre outros:

- (A) Apenas o respeito à privacidade e a defesa do consumidor.
- (B) O respeito à privacidade, a autodeterminação informativa, a liberdade de expressão e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- (C) Somente a liberdade de expressão e o desenvolvimento econômico, excluindo-se qualquer referência a direitos humanos.
- (D) A inviolabilidade da intimidade, a livre concorrência e a exclusão do direito à autodeterminação informativa.
- (E) Apenas o desenvolvimento tecnológico, sem menção a direitos humanos, personalidade ou dignidade.

Tecnologia da Informação

Darlan Venturelli**59**

No contexto do ITIL 4, as práticas são divididas em três categorias principais: práticas gerais de gerenciamento, práticas de gerenciamento de serviço e práticas técnicas. Considerando o propósito das práticas de gerenciamento de serviço, identifique a alternativa que não está corretamente associada ao conceito apresentado:

- (A) A prática de Gerenciamento de Incidentes tem como propósito minimizar o impacto negativo dos incidentes no negócio, restaurando a operação normal do serviço o mais rápido possível.
- (B) A prática de Gerenciamento de Nível de Serviço visa estabelecer metas claras para a qualidade do serviço, baseando-se em acordos definidos com os clientes.
- (C) A prática de Gerenciamento de Mudanças busca garantir que as mudanças sejam priorizadas e implementadas rapidamente, e em contextos ágeis, a análise de impacto pode ser dispensada considerando os preceitos da adaptabilidade.
- (D) A prática de Gerenciamento de Problemas foca na identificação e eliminação de causas-raiz de incidentes para prevenir recorrências e minimizar impactos futuros.
- (E) A prática de Gerenciamento de Requisição de Serviço está relacionada ao suporte ao ciclo de vida das requisições normais de serviço, alinhando-se às expectativas dos usuários.

60

A 7ª edição do PMBOK apresenta modelos, métodos e artefatos como recursos valiosos para os gestores de projetos. Considere os modelos, métodos e artefatos listados abaixo e identifique a alternativa que não está corretamente associada ao seu propósito:

- (A) O modelo Cynefin categoriza ambientes em simples, complicados, complexos e caóticos, auxiliando na escolha da abordagem mais adequada para a gestão de projetos em diferentes níveis de incerteza.
- (B) O Diagrama de Tornado é um método utilizado para análises de sensibilidade, identificando os fatores mais críticos que influenciam os resultados de um projeto.
- (C) A Análise das Partes Interessadas utiliza ferramentas como a matriz de poder e interesse para classificar stakeholders, orientando estratégias de engajamento adequadas.
- (D) A Matriz Stacey avalia a complexidade e a previsibilidade de projetos, ajudando os gestores a determinar se métodos preditivos ou adaptativos são mais apropriados.

(E) A Matriz de Probabilidade e Impacto é um modelo utilizado para mapear stakeholders, classificando-os com base em seu poder e influência sobre o projeto.

61

O alinhamento estratégico entre TI e negócios é essencial para maximizar o valor da tecnologia no alcance dos objetivos organizacionais. Considerando as melhores práticas em Planejamento Estratégico de TI (PETIC), Plano Diretor de TIC (PDTIC) e Estratégias de Governo Digital, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Plano Diretor de TIC (PDTIC) é um instrumento tático que organiza as ações de TIC em conformidade com o PETIC, garantindo que os recursos tecnológicos estejam alinhados aos objetivos organizacionais e estratégias de governo.
- (B) O PETIC é uma iniciativa estratégica que visa alinhar as metas e objetivos de TIC às prioridades organizacionais, estabelecendo um direcionamento de longo prazo.
- (C) A Estratégia de Governo Digital é focada na promoção de serviços públicos digitais, melhoria da experiência do cidadão e ampliação da eficiência governamental, em conformidade com políticas públicas de transformação digital.
- (D) O PDTIC e o PETIC são complementares, com o PETIC oferecendo a visão estratégica e o PDTIC detalhando as ações necessárias para implementar essa visão no nível tático e operacional.
- (E) No alinhamento estratégico, as estratégias de TIC devem ser completamente independentes das estratégias organizacionais, evitando interferências do negócio nos objetivos de TI.

62

O COBIT 2019 estabelece um conjunto de princípios fundamentais para um sistema de governança eficaz, garantindo que as necessidades das partes interessadas sejam atendidas e que as estratégias organizacionais sejam alcançadas. Com base nos princípios para um sistema de governança conforme o COBIT 2019, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Um sistema de governança deve ser projetado para ser dinâmico, abrangente e customizável, ajustando-se às necessidades organizacionais específicas e aos fatores externos que podem impactar a governança.
- (B) O COBIT 2019 estabelece que um sistema de governança deve ser contínuo e adaptável, refletindo as mudanças nas necessidades das partes interessadas e nos objetivos organizacionais ao longo do tempo.
- (C) O princípio da cobertura integral do sistema de governança enfatiza que ele deve abranger toda a organização, indo além das funções de TI e integrando-se com outros sistemas e áreas organizacionais.
- (D) Para ser eficaz, um sistema de governança deve operar de forma integrada com outros sistemas organizacionais, garantindo que a tecnologia, os processos e as pessoas estejam alinhados aos objetivos organizacionais.
- (E) Um sistema de governança deve operar isoladamente de outros sistemas organizacionais, garantindo que a tecnologia funcione de forma independente para evitar interferências de outras áreas no desempenho de TI.

63

Os princípios fundamentais do COBIT 2019, ITIL 4 e PMBOK 7 orientam a governança e a gestão organizacional, garantindo que decisões estratégicas sejam tomadas com base em boas práticas. Com base nos princípios estabelecidos nesses frameworks, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O princípio do ITIL 4 "Foco no valor" e o princípio do PMBOK 7 "Foco no valor" são equivalentes e determinam que o valor entregue deve ser mensurado principalmente pelos indicadores internos da organização.
- (B) O COBIT 2019 e o PMBOK 7 compartilham o princípio de que o sistema de governança e os domínios de desempenho devem ser aplicados uniformemente em todas as organizações, sem considerar variações contextuais.
- (C) O princípio do ITIL 4 "Progredir iterativamente com feedback" e o princípio do PMBOK 7 "Adapte-se às condições específicas do projeto" têm objetivos opostos, pois o ITIL prioriza pequenas entregas rápidas, enquanto o PMBOK sugere que mudanças só devem ser feitas ao final do projeto.

- (D) Um dos princípios do COBIT 2019 estabelece que o sistema de governança deve funcionar de maneira completamente independente da gestão, garantindo que as decisões estratégicas de TI não sejam influenciadas pelas operações diárias.
- (E) O princípio do ITIL 4 "Colabore e promova visibilidade", o princípio do COBIT 2019 "Cobertura de toda a organização" e o princípio do PMBOK 7 "Pensar holisticamente" convergem ao enfatizar que a tomada de decisão deve considerar interações entre todas as partes e níveis organizacionais.

64

No contexto do gerenciamento de projetos, as áreas de conhecimento, conceitos relacionados ao PMBOK 6ª edição, abrangem processos fundamentais para garantir a entrega de resultados alinhados aos objetivos organizacionais. Com base nas melhores práticas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) No gerenciamento do escopo, a definição clara dos requisitos do projeto e a criação de uma Estrutura Analítica do Projeto (EAP) permitem organizar e detalhar o trabalho necessário para atender aos objetivos do projeto.
- (B) No gerenciamento do cronograma, o cronograma deve considerar estimativas de esforço, dependências entre atividades e recursos disponíveis, garantindo um planejamento viável e alinhado às restrições do projeto.
- (C) No gerenciamento de custos, a análise de valor agregado é uma técnica robusta e eficaz para monitorar o desempenho de custos e prazos em projetos de qualquer escala, desde que os dados sejam corretamente coletados e analisados.
- (D) No gerenciamento de qualidade, o foco deve estar em atender aos padrões de conformidade do projeto, mas também em considerar as expectativas do cliente como critério de qualidade, alinhando os requisitos às necessidades do cliente.
- (E) No gerenciamento de riscos, a principal abordagem é reagir aos problemas à medida que surgem, já que a identificação prévia dos riscos não é considerada uma prática eficiente em projetos dinâmicos.

Auditoria e Controle Governamental

Claudio Zorzo**65**

O COSO 2 trata do programa de gerenciamento de riscos corporativos e amplia seu alcance em relação aos controles internos. Sobre o assunto, marque a alternativa que NÃO apresenta um componente do programa de gerenciamento de riscos:

- (A) Ambiente de Controle.
(B) Definição de Objetivos.
(C) Identificação de Eventos.
(D) Avaliação de Risco.
(E) Auditoria interna.

66

“Conhecer a organização e/ou funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos poderes do estado e dos municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, operacional e de pessoal”.

Esse texto se relaciona a um instrumento de fiscalização utilizado pelo controle público, que é o (a):

- (A) Levantamento.
(B) Auditoria.
(C) Inspeção.
(D) Acompanhamento.
(E) Monitoramento.

67

O objetivo da matriz de responsabilização é evidenciar a responsabilização daquele que deu causa à irregularidade identificada na auditoria e seus efeitos, bem como fundamentar a proposta de sanção ou sua não-aplicação. Sobre a matriz de responsabilização, é correto afirmar que

- (A) a matriz de responsabilização deve ser preenchida sempre que for encontrado um achado de auditoria.
- (B) os responsáveis solidários não poderão ser apresentados na matriz de responsabilização, já que ela deve ser individualizada.
- (C) as equipes de pessoas, como uma comissão de compras, não poderão ser responsabilidades para fins de inclusão na matriz de responsabilização.
- (D) o achado destacado na matriz de responsabilização deve ser correspondente com o da matriz de achados e deve ser uma irregularidade.
- (E) o nexo de causalidade é a ação ou omissão, culposa (por negligência, imprudência ou imperícia) ou dolosa (por ter o responsável querido produzir o resultado ou ter assumido o risco de produzi-lo), praticada pelo responsável.

68

Quanto ao controle interno, o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Sobre o assunto, marque verdadeiro ou falso:

- () Os papéis de primeira linha estão mais diretamente alinhados com a entrega de produtos e/ou serviços aos clientes da organização, incluindo funções de apoio.
- () Os papéis de segunda linha fornecem assistência no gerenciamento de riscos.
- () Os papéis da 3ª linha fornecem avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – F.
- (E) F – V – F.

69

A auditoria governamental contribui para a melhoria dos serviços públicos mediante a avaliação da execução dos programas de governo e da aferição do desempenho dos órgãos e entidades no seu papel primordial de atender à sociedade.

Um auditor público ao analisar a aplicação dos recursos na construção de uma escola identificou, no local, que a construtora utilizou material de qualidade inferior a que estava prevista no contrato da obra.

O procedimento de auditoria aplicado pelo auditor foi:

- (A) Confirmação externa.
- (B) Inspeção física.
- (C) Rastreamento.
- (D) Indagação.
- (E) Análise documental.

70

Em relação à definição da amostra de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I – Seleção aleatória ou randômica é a que assegura que todos os itens da população ou do estrato fixado tenham idêntica possibilidade de serem escolhidos.
- II – Quando a distorção projetada exceder a distorção tolerável, a amostra fornece uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada.
- III – O risco de amostragem surge da possibilidade de que a conclusão do auditor, com base em uma amostra, possa ser diferente da conclusão que seria alcançada se toda a população estivesse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) e) I, II e III.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e III, somente.

71

Trabalho de asseguarção é o trabalho no qual o auditor visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.

Sobre o assunto, marque a alternativa correta:

- (A) Todos os trabalhos realizados por auditores independentes são trabalhos de asseguarção.
- (B) No trabalho direto o auditor deve mensurar ou avaliar o objeto de acordo com os critérios aplicáveis
- (C) No trabalho de atestação o auditor deve mensurar ou avaliar o objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- (D) Ao conduzir o trabalho de asseguarção um dos objetivos dos auditores é obter segurança absoluta sobre se a informação do objeto está livre de distorções relevantes.
- (E) Nos trabalhos de asseguarção limitada o risco de auditoria é menor.

72

O ceticismo profissional é necessário para uma avaliação crítica das evidências, considerando que a confiabilidade da evidência é influenciada por sua fonte e sua natureza e depende das circunstâncias particulares sob as quais são obtidas.

Considerando a suficiência, a qualidade e a adequação da evidência de auditoria, marque a alternativa correta:

- (A) A evidência é mais confiável quando é obtida de fontes internas e das partes apropriadas.
- (B) A evidência obtida indiretamente pelo auditor independente (por exemplo, na observação da efetividade de controle) é mais confiável do que a evidência obtida diretamente ou por dedução (por exemplo, indagação sobre a efetividade do controle).
- (C) A evidência verbal é mais confiável, pois foi obtida diretamente da parte.
- (D) A evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados à informação são efetivos.
- (E) É uma questão de julgamento pessoal do auditor se as evidências são apropriadas e suficientes e se servirão para suportar a sua conclusão.

Auditoria e Controle Governamental

Wesley Rodrigues

73

O controle externo no Brasil é exercido predominantemente pelo:

- (A) Ministério Público, no exercício de suas funções constitucionais de fiscalização.
- (B) Poder Judiciário, no controle da constitucionalidade dos atos administrativos.
- (C) Tribunal de Contas, com auxílio do Poder Legislativo.
- (D) Conselho Nacional de Justiça, como órgão de fiscalização contábil.
- (E) Poder Executivo, por meio de suas auditorias internas.

74

O Sistema de Controle Interno das administrações públicas tem como objetivos:

- (A) Sanar irregularidades encontradas por meio de ação direta junto ao Tribunal de Contas.
- (B) Proteger o patrimônio público, avaliar a execução de programas e controlar recursos.
- (C) Substituir o controle externo no exercício das funções de fiscalização.
- (D) Garantir que a gestão atue estritamente conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Limitar o poder discricionário dos gestores públicos por meio de auditorias.

75

A Lei n. 8.429/1992 estabelece como sanções para atos de improbidade administrativa:

- (A) Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e devolução ao cargo.
- (B) Multa civil, suspensão de direitos políticos e perda da função pública.
- (C) Prisão preventiva, multa criminal e confisco de bens privados.
- (D) Advertência formal, exoneração imediata e cassação de direitos eleitorais.
- (E) Transferência compulsória de cargo, multa civil e inelegibilidade temporária.

76

O controle social da administração pública é caracterizado por:

- (A) Participação exclusiva de conselhos consultivos formados por servidores públicos.
- (B) Adoção de processos judiciais como principal mecanismo de fiscalização.
- (C) Envolvimento da sociedade no acompanhamento e fiscalização das políticas públicas.
- (D) Uso de sistemas de auditoria automatizados para controle da gestão pública.
- (E) Centralização de informações em órgãos de controle interno.

77

A Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) estabelece que:

- (A) Apenas os cidadãos brasileiros têm direito ao acesso à informação pública.
- (B) A administração pública deve divulgar informações de interesse coletivo proativamente, independentemente de solicitações.
- (C) O sigilo das informações públicas pode ser estabelecido por tempo indeterminado, a critério da autoridade responsável.
- (D) Apenas os órgãos do Poder Executivo estão obrigados a atender aos requisitos de transparência ativa previstos na lei.
- (E) É obrigatória a identificação do solicitante para a obtenção de qualquer informação pública.

78

A Lei n. 13.460/2017 trata sobre os direitos dos usuários de serviços públicos, estabelecendo que:

- (A) O usuário pode solicitar revisão de tarifas aplicadas a serviços públicos essenciais.
- (B) Todo órgão público é obrigado a realizar consultas populares antes de mudanças de políticas.
- (C) A administração pública deve divulgar informações claras e acessíveis sobre seus serviços.
- (D) O controle social deve ser exercido exclusivamente por organizações não governamentais.
- (E) Apenas usuários cadastrados têm direito ao acesso pleno às informações de interesse coletivo.

79

O princípio da accountability no contexto da administração pública implica:

- (A) A substituição do controle externo pelo controle judicial.
- (B) A responsabilização dos gestores públicos pelas ações e decisões tomadas.
- (C) O uso de auditorias internas para identificar falhas administrativas.
- (D) A centralização do controle nas mãos do chefe do Poder Executivo.
- (E) A exclusividade do controle parlamentar sobre os atos administrativos.

80

No âmbito da administração pública brasileira, o orçamento participativo é uma forma de:

- (A) Delegação das decisões orçamentárias aos conselhos de gestão pública.
- (B) Participação direta da sociedade na definição de prioridades orçamentárias.
- (C) Controle jurisdicional sobre a execução do orçamento público.
- (D) Exclusiva fiscalização parlamentar das contas públicas.
- (E) Substituição do planejamento estratégico pela deliberação popular.

Contabilidade Pública

Claudio Zorzo

81

A contabilidade pública, em seu processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade pública, vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais, apresentando normas com enfoque mais patrimonial que orçamentário, segundo o MCASP 10ª edição a aplicação das novas normas é obrigatória para, exceto:

- (A) Controladorias Gerais dos Estados.
- (B) Departamento da Polícia Federal.
- (C) Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) Concessionárias de serviço público.
- (E) Empresas públicas dependentes.

82

Considerando que a CASP possui informações de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, analise a seguinte situação.

O município de Cerro Largo, no interior do Rio Grande do Sul, previu em 2023, que teria uma arrecadação com IPTU, em 2024, de 60 milhões de reais. A previsão era receber 3 parcelas de 20 milhões nos meses de janeiro, fevereiro e março, respectivamente. A contabilidade do município, em janeiro de 2024 fez o lançamento dos 60 milhões de receitas correntes com o IPTU e, em janeiro arrecadou 15 milhões, em fevereiro 20 milhões e em março 20 milhões.

De acordo com o regime de escrituração patrimonial, a Variação Patrimonial Aumentativa com o imposto deverá ser registrada

- (A) em 2023, quando da previsão, no valor de 60 milhões.
- (B) em 2024, no mês de março, após o recebimento efetivo da receita orçamentária, no valor de 55 milhões.
- (C) em janeiro de 2024, quando do lançamento do imposto, no valor de 60 milhões.
- (D) em janeiro, fevereiro e março de 2024, pelos valores arrecadados em cada mês.
- (E) em dezembro de 2024, quando do encerramento do exercício, no valor de 55 milhões.

83

Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, dessa forma, podemos citar como objetivos do PCASP a padronização dos registros contábeis das entidades do setor público e a distinção entre os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

Com relação ao PCASP e a escrituração contábil, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () No caso de registro da arrecadação da receita orçamentária, quando da ocorrência do seu fato gerador patrimonial, é permitido um lançamento contábil que debite uma conta da classe 1 – patrimonial e credite uma conta da classe 6 – orçamentária
- () A natureza de informação orçamentária registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e a execução orçamentária, em contas de classes 5 e 6.
- () O PCASP é dividido em 3 naturezas de contas, com 8 classes, 7 níveis e 9 dígitos.
- () As contas de natureza patrimonial são representadas pelas classes do ativo - 1 e do passivo - 2.

(A) F – V – V – F

(B) V – V – F – F

(C) F – F – V – V

(D) V – V – V – F

(E) F – F – F – V

84

O TCE-RS determinou, em 2023, que todas as entidades públicas do Estado deverão fazer o teste de recuperabilidade sobre o seu imobilizado, conforme determinação no MCASP. Na execução de uma inspeção no município de Cerro Largo, o auditor da CGE-RS evidenciou que o município não apresentou o laudo de recuperabilidade de uma retroescavadeira que estava fora de uso e registrada contabilmente pelo valor original, 95% depreciado. A justificativa do responsável pelo patrimônio do município foi a de que a feitura de um laudo consumiria muito tempo e recursos que não estavam disponíveis e a informação não impactaria na prestação de contas.

O auditor concordou com a posição do gestor, já que ele cumpriu o previsto no MCASP, pois estava amparado na restrição do fornecimento de informações denominada de

(A) materialidade.

(B) relevância.

(C) magnitude.

(D) custo-benefício.

(E) equilíbrio entre informações.

O contabilista de uma entidade pública estadual identificou no balanço orçamentário as seguintes informações:

Receitas lançadas em 2024: R\$ 400 milhões

Despesas fixadas em 2024: R\$ 400 milhões

Receitas arrecadadas no exercício de 2024: R\$ 395 milhões

Despesas empenhadas no exercício de 2024: R\$ 392 milhões

Despesas liquidadas no exercício de 2024: R\$ 390 milhões

Despesas efetivamente pagas em 2024: R\$ 385 milhões.

Considerando os dados apresentados responda às seguintes questões:

85

Analisando as informações, a entidade irá apurar um resultado financeiro no balanço orçamentário de

- (A) negativo de 5 milhões de reais.
- (B) positivo de 5 milhões de reais.
- (C) positivo de 3 milhões de reais.
- (D) negativo de 15 milhões de reais.
- (E) positivo de 10 milhões de reais.

86

O montante dos restos a pagar processados apurado no balanço orçamentário representa:

- (A) 10 milhões de reais.
- (B) 7 milhões de reais.
- (C) 5 milhões de reais.
- (D) 3 milhões de reais.
- (E) 8 milhões de reais.

87

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado; sobre o assunto, analise os seguintes itens considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

- I – As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) correspondem aos aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos das atividades da entidade e das contribuições dos proprietários.
- II – Considera-se realizada a variação patrimonial aumentativa (VPA) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
- III – O reconhecimento da variação patrimonial aumentativa ocorre sempre no momento da arrecadação da receita orçamentária.

Marque a alternativa correta:

- (A) estão corretos os itens I e III, apenas
- (B) Todos os itens estão corretos
- (C) estão corretos os I e II, apenas
- (D) está correto o item II, apenas
- (E) somente o item I está correto

88

Um município Gaúcho construiu uma ponte ligando um bairro da cidade ao interior, na obra o gestor aplicou recursos próprios, fato que fez com que a obra demorasse um tempo maior para a sua conclusão. Após concluída, o contador do município decidiu registrar obra considerando o custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de um ativo. De acordo com o MCASP 10ª edição, a base de mensuração considerada pelo contador foi

- (A) custo histórico, como um valor de entrada.
- (B) valor justo, como um valor de saída.
- (C) custo de reposição, como um valor de entrada.
- (D) custo de reposição, como um valor de saída.
- (E) valor em uso, como um valor de entrada.

89

Na elaboração do balanço patrimonial do município de Cerro Largo, a contabilidade recebeu do departamento de patrimônio a seguinte relação de imóveis, destinação e valores:

- Imóveis do município em uso pelo município – 10 imóveis = valor 22 milhões.
- Imóveis alugados de terceiros em uso pelo município – 3 imóveis = 4 milhões.
- Imóveis do município alugados para terceiros – 6 imóveis = 9 milhões.
- Imóveis do município para valorização e sem destinação específica – 4 imóveis = 5 milhões.
- Imóveis do município para venda – 5 imóveis = 8 milhões.

Considerando a composição e estrutura do balanço patrimonial o montante a ser reconhecido como ativo imobilizado será de:

- (A) 44 milhões.
- (B) 35 milhões.
- (C) 31 milhões.
- (D) 26 milhões.
- (E) 22 milhões.

90

O MCASP 10ª edição determina a elaboração da DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Sobre os conceitos básicos, a estrutura e a composição da demonstração, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a certo risco de mudança de valor.
- (B) O conceito de caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.
- (C) As atividades de investimento são as operações referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- (D) A DFC deve ser elaborada pelo método direto.
- (E) A DFC será apresentada 4 quadros, sendo um quadro específico de juros e encargos da dívida.

91

De acordo com o MCASP 10ª edição a classificação da receita e da despesa orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades. Nesse sentido, as despesas orçamentárias são classificadas segundo a natureza da despesa em, exceto:

- (A) Pessoal e Encargos Sociais.
- (B) Juros e Encargos da Dívida.
- (C) Despesas de Exercícios Anteriores.
- (D) Investimentos.
- (E) Inversões Financeiras.

92

A Norma NBC TSP 34 tem por objetivo estabelecer conceitos, diretrizes e padrões a serem observados na implementação do sistema de custos no setor público. Com base nos conceitos apresentados na norma, relacione o termo com seu conceito:

1. Centro de responsabilidade
2. Custo controlável
3. Custos finalísticos

- () É a unidade, definida no modelo de gerenciamento de custos, que é responsável por conduzir atividades e disponibilizar bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem ser distinguíveis de outros centros e seus gestores devem prestar contas à alta administração da entidade.
- () São os custos correspondentes a atividades diretamente relacionadas ao cumprimento da missão institucional, por caracterizar a atuação da entidade associada ao valor público, em atendimento às necessidades de interesse público.
- () Representa a utilização de recursos na qual o gestor exerce influência sobre o consumo e o desempenho esperado na aplicação desses recursos.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2.
- (E) 3 – 2 – 1.

Administração Financeira e Orçamentária**Anderson Ferreira****93**

Assinale a alternativa em que define a técnica orçamentária que prioriza a análise crítica de todos os recursos consignados no orçamento, sem que seja constituído nenhum direito adquirido.

- (A) Orçamento incremental.
- (B) Orçamento tradicional.
- (C) Orçamento de desempenho.
- (D) Orçamento base-zero.
- (E) Orçamento participativo.

94

Acerca dos instrumentos de orçamento público no ordenamento jurídico brasileiro, o anexo específico, com os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial

(A) integrará a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e pelo menos os dois seguintes.

- (B) integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias da União, para o exercício subsequente.
- (C) integrará a lei de diretrizes orçamentárias de todos os entes federativos, para o exercício a que se refere e os dois seguintes.
- (D) integrará o plano plurianual, para os próximos dez exercícios financeiros.
- (E) integrará a lei orçamentária anual, para o exercício subsequente.

95

Com relação ao Plano Plurianual da União para os exercícios referentes aos anos de 2024 a 2027, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A governança do referido plano plurianual busca o aperfeiçoamento dos processos de participação social.
- (B) Diretrizes são orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos.
- (C) Combate à fome e redução de desigualdades são prioridades do plano plurianual.
- (D) Indicador é o valor esperado para o período a que se refere.
- (E) Visão de futuro é a situação futura desejada para o país.

96

Com relação ao processo orçamentário no ordenamento jurídico nacional, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não podem ser aprovadas emendas que anulem despesas que incidam sobre o serviço da dívida.
- (B) Os recursos sem despesas correspondentes, decorrentes de veto ao projeto de orçamento, podem ser utilizados para a abertura de créditos adicionais.
- (C) O projeto de orçamento pode ser alterado ao longo do exercício financeiro.
- (D) Não podem ser aprovadas as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias quando incompatíveis com o plano plurianual.
- (E) A fim de proporcionar transparência, as emendas parlamentares impositivas de bancada são vedadas.

97

A aprovação do orçamento público é uma etapa importante do ciclo orçamentário. Acerca desse assunto, assinale a alternativa em que indica corretamente o responsável pela referida etapa.

- (A) Tribunal de Contas da União.
- (B) Poder Judiciário.
- (C) Poder Legislativo.
- (D) Poder Executivo.
- (E) Ministério Público.

98

Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação específica, que não sejam urgentes e imprevisíveis, classificam-se como

- (A) Créditos extraordinários.
- (B) Créditos especiais.
- (C) Créditos superavitários.
- (D) Créditos suplementares.
- (E) Créditos ordinários.

99

Nas fontes disponíveis para a abertura de créditos adicionais, com o intuito de apurar os recursos utilizáveis provenientes do excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância

- (A) dos créditos especiais abertos no exercício anterior.
- (B) dos créditos extraordinários abertos no exercício anterior.
- (C) dos créditos suplementares abertos no exercício.
- (D) dos créditos especiais abertos no exercício.
- (E) dos créditos extraordinários abertos no exercício.

100

Uma importante classificação da receita pública é a classificação por categoria econômica. De acordo com essa classificação, as receitas públicas são categorizadas por receitas correntes e de capital.

Assinale a opção que contém uma receita corrente.

- (A) Alienação de bens.
- (B) Transferência de capital.
- (C) Operação de crédito.
- (D) Recebimento de dividendos.
- (E) Amortização de empréstimos.

101

A partir das alternativas a seguir, assinale a alternativa que indica a classificação da receita e da despesa pública que visa contribuir para que os recursos vinculados a finalidade específica sejam usados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

- (A) Institucional.
- (B) Funcional.
- (C) Fonte/destinação de recursos.
- (D) Estrutura programática.
- (E) Esfera orçamentária.

102

Das alternativas a seguir, assinale aquela que não representa uma despesa de exercício anterior.

- (A) Despesas não processadas na época própria.
- (B) Restos a pagar com prescrição interrompida.
- (C) Empenhos anulados no decorrer do exercício, em que o credor cumpriu sua obrigação.
- (D) Restos a pagar processados.
- (E) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente.

103

A execução da despesa pública é o momento crucial para que o governo implemente as políticas públicas propostas.

Das etapas abaixo, assinale a opção que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor.

- (A) Pagamento.
- (B) Liquidação.
- (C) Recolhimento.
- (D) Lançamento.
- (E) Empenho.

104

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 10ª edição, as descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária. Assinale a alternativa que não indica uma classificação que será mantida na descentralização de créditos orçamentários:

- (A) Por destinação.
- (B) Institucional.
- (C) Econômica.
- (D) Funcional.
- (E) Programática.

Contabilidade Geral

Claudio Zorzo

105

Os elementos das demonstrações contábeis definidos na Estrutura Conceitual são ativos, passivos e patrimônio líquido, que se referem à posição financeira da entidade que reporta e as receitas e despesas, que se referem ao desempenho financeiro da entidade que reporta.

sobre os elementos das demonstrações contábeis analise os seguintes itens:

I- Recurso econômico é um direito que tem o potencial de consumir futuros benefícios econômicos.

II- Passivo é uma obrigação futura da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

III- A entidade controla um recurso econômico se ela tem a capacidade presente de direcionar o uso do recurso econômico e obter os benefícios econômicos que podem fluir dele.

Estão corretos os itens:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III, apenas

Em outubro de 2023 a empresa PCZ adquiriu uma máquina para pagar em 3 prestações de \$ 200.000,00, com a última parcela vencendo em março de 2024. No mês de dezembro de 2023, o diretor financeiro avaliou custo de oportunidade e decidiu pagar a prestação de março de 2024 para obter um desconto financeiro de \$ 20.000,00.

Considerando a situação hipotética, responda à seguinte questão.

106

O registro contábil do pagamento antecipado da 3ª parcela acarretará no balanço patrimonial:

- (A) Diminuição do ativo e do passivo em \$ 200.000,00
- (B) Diminuição do ativo e do passivo em \$ 180.000,00
- (C) Diminuição do ativo em \$ 180.000,00, diminuição do passivo em \$ 200.000,00 e do PL em \$ 20.000,00.
- (D) Diminuição do ativo em \$ 180.000,00, diminuição do passivo em \$ 200.000,00 e aumento do PL em \$ 20.000,00.
- (E) Diminuição do ativo em \$ 20.000,00, do passivo em \$ 200.000,00 e aumento do PL em \$ 180.000,00.

107

Um auditor do Estado identificou que uma entidade pública registrou a compra de material de escritório, à prazo, no valor de \$ 200.000,00, contudo, o valor que constava na nota fiscal era 220.000,00. O auditor evidenciou o erro e solicitou que a contabilidade da entidade fizesse a correção nos livros contábeis. Neste caso, o registro de correção do lançamento errado deverá ser um (a)

- (A) estorno.
- (B) transferência a menor.
- (C) transferência a maior.
- (D) complementação a menor.
- (E) complementação a maior.

108

Sobre a composição e estrutura do balanço patrimonial, marque Verdadeiro ou Falso, considerando o conjunto completo das demonstrações contábeis, previsto nos pronunciamentos do CPC e na Lei n. 6.404/1976:

- () A reserva de capital deve ser formada com 5% do lucro líquido do exercício, até completar 20% do capital social.
- () Os gastos com frete, carga e descarga de mercadorias compradas entram no custo do estoque.
- () Os gastos com pesquisas de novos produtos devem ser registrados no intangível pelo montante aplicado na pesquisa.

Marque a sequência correta:

- (A) V – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – F.

109

Um auditor ao acompanhar o inventário físico de uma entidade identificou que ela possuía um saldo final do estoque de mercadorias de \$ 900.000; identificou também que a contabilidade apresentou, em 31/12/2023, as seguintes contas e saldos:

- Vendas Brutas: \$ 15.000.000
- Compras de mercadorias: \$ 4.000.000
- Descontos financeiros obtidos: \$ 200.000
- Abatimentos sobre vendas concedidos: \$ 250.000
- Descontos financeiros concedidos: \$ 220.000
- Frete sobre compras 30.000
- Comissões sobre vendas: \$ 180.000
- Devolução de vendas: \$ 420.000
- Despesas gerais e administrativas: \$ 1.800.000
- Saldo inicial do estoque de mercadorias: \$ 500.000
- Imposto de renda e contribuição social: \$ 900.000
- Tributos sobre vendas: \$ 800.000

Considerando apenas as informações acima, o valor do lucro bruto que a sociedade empresária, deverá apresentar na sua DRE em 31/12/2023 será de:

- (A) \$ 9.500.000.
- (B) \$ 9.680.000.
- (C) \$ 7.000.000.
- (D) \$ 9.900.000.
- (E) \$ 9.950.000.

110

Devido a uma crise econômica a empresa PCZ teve uma diminuição de 60% nas suas vendas no mercado nacional. Concedeu férias coletivas aos seus funcionários e decidiu contratar uma empresa especializada para fazer o teste de recuperabilidade sobre as máquinas utilizadas no processo produtivo.

O laudo emitido pelos peritos apresentou as seguintes informações:

- Valor em uso = \$ 10.000.000,00
- Valor justo líquido = \$ 12.000.000,00
- Custo de aquisição das máquinas: \$ 50.000.000,00.
- Depreciação acumulada das máquinas: \$ 30.000.000,00.

Com base nos dados apresentados, a contabilidade deverá

- (A) registrar a perda estimada por irrecuperabilidade de \$ 8.000.000 em contrapartida de uma despesa na DRE.
- (B) registrar a perda estimada por irrecuperabilidade de \$ 8.000.000 em contrapartida da conta ajuste da avaliação patrimonial no patrimônio líquido.
- (C) não fazer nenhum ajuste nas demonstrações.
- (D) registrar a perda estimada por irrecuperabilidade de \$ 10.000.000 em contrapartida de uma despesa na DRE.
- (E) registrar a perda estimada por irrecuperabilidade de \$ 10.000.000 em contrapartida da conta ajuste da avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

111

Para melhorar sua participação no mercado nacional a empresa PCZ criou uma política de marketing ativo e concedeu uma garantia de troca do produto, em até 10 dias, se aparecer de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro de um ano após a compra.

A política surtiu efeito e a empresa vendeu 60 milhões de reais de seus produtos no ano de 2024.

Questionado pela contabilidade, o departamento de produção emitiu um laudo onde relatou ser provável que a empresa tenha que gastar 3 milhões de reais na troca de produtos. Também alertou que se os clientes decidirem trocar o produto por quaisquer defeitos menores, é possível que o gasto aumente, e a entidade irá incorrer em custos de troca de 9 milhões de reais.

Considerando o previsto no pronunciamento contábil que trata de provisões e passivos contingentes, a empresa deverá

- (A) reconhecer uma provisão de 9 milhões de reais no passivo, no balanço de 2024.
- (B) reconhecer uma provisão de 3 milhões de reais no passivo, no balanço de 2024.
- (C) reconhecer uma provisão de 9 milhões de no passivo, no balanço de 2025.
- (D) reconhecer uma provisão de 12 milhões de reais no passivo, no balanço de 2024.
- (E) divulgar um passivo contingente de 3 milhões de reais nas notas explicativas do balanço de 2024.

112

A empresa "PCZ" decidiu criar um departamento de investimento em ações no mercado de capital. Seu primeiro investimento foi a compra de 100% da empresa "ABDC", uma fornecedora de insumos básicos, que possui um patrimônio líquido de 40 milhões de reais.

No exercício social de 2024 a controlada apurou um lucro líquido de 8 milhões de reais, entretanto, por questões contratuais teve que distribuir para a controladora 10 milhões de reais como dividendos, fixos e variáveis, obrigatórios.

Considerando as informações apresentadas, marque a alternativa correta sobre as informações apresentadas nas demonstrações contábeis de 2024, na controladora e na controlada,

- (A) o PL apresentado no balanço patrimonial da empresa ABCD será de 48 milhões de reais.
- (B) a empresa controlada "ABCD" irá apurar, como resultado patrimonial líquido, um prejuízo de 2 milhões de reais.
- (C) a empresa controladora irá reconhecer uma receita com ganho na equivalência patrimonial, na sua DRE, de 8 milhões de reais.
- (D) quando registrar os dividendos distribuídos pela controlada, a controladora PCZ deverá registrar uma receita operacional.
- (E) a empresa "PCZ" irá apresentar o valor de 48 milhões como participações societárias em ABCD.

Direito Administrativo**Rafael de Oliveira****113**

A administração pública pode ser compreendida sob os aspectos orgânico, formal e material. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esses conceitos.

- (A) A administração pública, sob o aspecto orgânico, corresponde aos atos administrativos que visam atender ao interesse público.
- (B) O aspecto formal refere-se exclusivamente à atuação estatal realizada por meio de parcerias público-privadas.
- (C) O aspecto material engloba as atividades estatais, independentemente de quem as execute, desde que voltadas ao interesse público.
- (D) O aspecto orgânico compreende as normas regulamentares que orientam a administração pública direta e indireta.
- (E) O aspecto formal abrange as instituições privadas que colaboram na execução de atividades públicas.

114

Sobre as fontes do direito administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as leis formais possuem força normativa no direito administrativo.
- (B) O costume, apesar de ser prática reiterada, não é considerado fonte do direito administrativo.
- (C) Os tratados internacionais são fontes do direito administrativo apenas quando incorporados pelo ordenamento jurídico interno.
- (D) A doutrina e a jurisprudência são fontes principais e vinculativas do direito administrativo.
- (E) Regulamentos administrativos não possuem caráter normativo, sendo apenas orientações gerais.

115

No âmbito da administração pública, o agente de fato é aquele que:

- (A) Exerce função pública regularmente, após aprovação em concurso público.
- (B) Atua em situações excepcionais ou com aparência de legalidade, suprimindo ausência de competência formal.
- (C) Exerce função pública sem qualquer relação com a administração pública direta ou indireta.
- (D) Está vinculado exclusivamente à administração pública indireta, em empresas estatais.
- (E) Atua por delegação de um agente público regular, sem necessidade de vínculo formal.

116

O poder de polícia é uma manifestação do poder administrativo que:

- (A) Pode ser delegado integralmente a particulares.
- (B) Limita o direito de propriedade de forma irrestrita e discricionária.
- (C) Autoriza a aplicação de sanções apenas após decisão judicial.
- (D) Visa garantir o interesse público mediante a imposição de restrições ao exercício de direitos.
- (E) Exige autorização legislativa específica para cada ato de intervenção estatal.

117

Uma das manifestações do poder hierárquico é:

- (A) A edição de regulamentos pelo chefe do Poder Executivo.
- (B) A delegação e a avocação de competências no âmbito de uma mesma entidade administrativa.
- (C) A imposição de penalidades aos administrados em função de infrações administrativas.
- (D) A celebração de contratos de gestão com entidades da administração indireta.
- (E) A fiscalização de empresas privadas que executam serviços públicos.

118

Sobre centralização e descentralização na administração pública, é correto afirmar que:

- (A) A administração pública indireta atua sob regime jurídico exclusivamente de direito privado.
- (B) A descentralização ocorre quando o Estado transfere atividades administrativas a outra entidade, dotada de personalidade jurídica própria.
- (C) A administração direta engloba autarquias e fundações públicas, enquanto a indireta se limita às empresas públicas.
- (D) A centralização ocorre somente na esfera federal, sem incidência nos estados e municípios.
- (E) As entidades descentralizadas não possuem autonomia administrativa.

119

A diferença entre atos administrativos e fatos administrativos reside no fato de que:

- (A) Os atos administrativos são materiais, enquanto os fatos administrativos são normativos.
- (B) Os fatos administrativos possuem caráter obrigatório, enquanto os atos administrativos não geram efeitos jurídicos.
- (C) Os atos administrativos são manifestações de vontade, enquanto os fatos administrativos decorrem de situações naturais ou da execução de atos.
- (D) Ambos são espécies de atos jurídicos, não havendo diferença prática entre eles.
- (E) Os fatos administrativos dependem de publicação oficial para gerar efeitos.

120

De acordo com a Lei n. 14.133/2021, os contratos administrativos:

- (A) Podem ser celebrados sem licitação, desde que haja consenso entre as partes.
- (B) Possuem natureza exclusivamente de direito privado.
- (C) Podem ser alterados unilateralmente pela administração pública em situações previstas em lei.
- (D) Estão dispensados de formalização por escrito, em razão da celeridade administrativa.
- (E) Devem ser renovados automaticamente ao final do prazo de vigência.

121

De acordo com a Lei n. 11.079/2004, as Parcerias Público-Privadas (PPPs):

- (A) Podem ser utilizadas para qualquer tipo de serviço público, independentemente de viabilidade econômica.
- (B) São contratos administrativos voltados exclusivamente à prestação de serviços públicos essenciais.
- (C) Exigem a realização de licitação, preferencialmente na modalidade concorrência.
- (D) Não podem ter prazo superior a cinco anos, em razão de restrições legais.
- (E) São vedadas para a construção de obras públicas.

122

O controle da administração pública é exercido por:

- (A) Órgãos do Poder Judiciário, exclusivamente, em razão de sua competência constitucional.
- (B) Órgãos internos e externos, incluindo tribunais de contas e órgãos de controle legislativo.
- (C) Particulares, exclusivamente, mediante ações civis públicas.
- (D) Autoridades administrativas, desde que em colaboração com o Ministério Público.
- (E) Governos estrangeiros, quando firmados tratados internacionais específicos.

Direito Constitucional

Eduardo Galante

123

Relativamente aos Poderes do Estado e as respectivas funções, indique a alternativa correta.

- (A) Cabe ao Senado Federal, com a sanção do Presidente da República dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre o sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- (B) Compete privativamente ao Congresso Nacional, dentre outras atribuições, autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado nesta Constituição Federal.
- (D) Poderão ser objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (E) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, salvo nos casos de efetivos danos à ordem democrática.

124

Tendo por base a interpretação da Constituição e controle de constitucionalidade, as normas constitucionais e inconstitucionais, aponte a alternativa correta.

- (A) Constituição, em sentido teleológico, seria o somatório de fatores reais de poder dentro de determinada sociedade, caracterizando a ideia de constituição real ou legítima.
- (B) A repristinação é o fenômeno pelo qual se permite que uma norma revogada possa voltar a vigor em face da revogação da norma que a revogou. Neste sentido, entende-se que o ordenamento jurídico brasileiro, salvo disposição em contrário, não admite o efeito repristinatório. Afinal, lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a sua vigência, salvo se a ordem jurídica expressamente se pronunciar neste sentido. O mesmo ocorre no Direito Constitucional, em que se admite apenas a repristinação expressa.
- (C) No que se refere aos métodos de interpretação constitucional, o método sociológico parte de um problema concreto para a norma, com o estudo da norma através de um problema, atribuindo-se à interpretação um caráter prático na busca da solução dos problemas concretizados.
- (D) Como regra, a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc.
- (E) Será admitido o pedido de desistência da ação direta de inconstitucionalidade nos casos previstos em legislação complementar.

125

Conforme doutrina e jurisprudência quanto à emenda, reforma e revisão constitucional, marque a alternativa correta.

- (A) Para o STF, a vigência e a eficácia de uma nova Constituição implicam a supressão da existência, a perda da validade e a cessação da eficácia da anterior Constituição por ela revogada, não se cogitando indagar da recepção de preceitos constantes da Carta Política anterior.
- (B) As várias reformas já sofridas pela CF, por meio de emendas constitucionais, são expressão do poder constituinte derivado decorrente.
- (C) A interpretação da Constituição sob o método teleológico busca investigar as origens dos conceitos e institutos pelo próprio legislador constituinte.
- (D) Leis quando são editadas, devem estar adequadas ao ordenamento constitucional vigente. As leis devem ter sua fundamentação no texto constitucional, sob pena de serem possuidoras de um vício, o da ilegalidade.
- (E) O poder constituinte inicial, por romper completamente com a ordem jurídica anterior, é ilimitado, absoluto e arbitrário.

126

No que diz respeito aos Princípios Fundamentais previstos na CF/88, aponte a alternativa correta.

- (A) Segundo a melhor doutrina, os princípios constitucionais positivos se dividem em princípios político-constitucionais e princípios jurídico-constitucionais, sendo estes últimos também denominados como princípios constitucionais fundamentais.
- (B) A autonomia financeira dos municípios, reconhecida em razão do princípio federativo, adotado pela CF/88, implica a existência de autonomia para a instituição de seus tributos e gestão de suas rendas.
- (C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão, a cada dois anos, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (D) O neoconstitucionalismo é caracterizado por um conjunto de transformações no Estado e no direito constitucional, entre as quais se destaca a prevalência do positivismo jurídico, com a clara separação entre direito e valores substantivos, como ética, moral e justiça.

(E) A República Federativa do Brasil buscará, conforme previsto pela CF/88, a partir dos princípios fundamentais que lhe orientam no âmbito internacional, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, sendo que, para tanto, o Constituinte estabeleceu algumas limitações a essa premissa, tais como, se relacionar somente com aqueles países que tem como fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana.

127

No tocante aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF/88, marque a alternativa correta.

- (A) O rol de direitos e garantias fundamentais constitucionais é exemplificativo.
- (B) As entidades associativas, independentemente de autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) Ninguém pode, em nenhuma hipótese, ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização ou aviso à autoridade competente, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

128

Com referência a organização do Estado político-administrativo, prevista na CF/88, indique a alternativa correta.

- (A) A União, os estados e o Distrito Federal têm direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e minerais no território brasileiro, na plataforma continental ou no mar territorial. Por outro lado, eles têm o dever de compensar financeiramente os municípios em virtude dessa exploração.
- (B) Os Estados Federados, na Federação Brasileira, organizada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, possuem a garantia institucional de autonomia irrestrita de auto-organização.
- (C) O Estado pode legislar as normas gerais, enquanto a União não o fizer, mantendo-se sua validade até que seja legislada a Lei federal.
- (D) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, sendo permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (E) Compete privativamente à União legislar sobre produção e consumo.

129

Em conformidade com a CF/88 e jurisprudência dos Tribunais Superiores, em especial quanto à Administração Pública, indique a alternativa correta.

- (A) O princípio da intranscendência subjetiva consiste na exigência de conduta honesta, leal e proba por parte dos gestores públicos, no exercício da função administrativa.
- (B) Em virtude do princípio da isonomia, aplicado à administração pública, esta deve tratar todos os administrados do mesmo modo.
- (C) Os princípios constitucionais da administração pública aplicam-se a todos os órgãos e entes que a integram e, em grau variável, a pessoas jurídicas de direito privado e a indivíduos.
- (D) Nos termos da Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa sujeitam o agente ímprobo às sanções de perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, perda dos valores indevidamente acrescidos a seu patrimônio e multa civil.
- (E) O servidor público dotado de estabilidade e de cargo efetivo apenas responderá civilmente por dano causado a terceiro no exercício da função, se comprovado que ele agiu com dolo.

130

Com referência a organização dos Poderes, Poder Legislativo e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, previstos na CF/88, aponte a alternativa correta.

- (A) De acordo com a Constituição Federal do Brasil, os Tribunais de Contas dos Estados são responsáveis exclusivamente pela fiscalização da aplicação dos fundos federais repassados aos municípios.
- (B) Compete aos tribunais de contas dos Estados julgar as contas de gestores de verbas federais repassadas pela União aos estados e municípios.
- (C) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas da União ou dos Estados.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) Considere que determinado gestor público tenha sido multado por tribunal de contas. Nessa situação, como a decisão tem eficácia de título executivo extrajudicial, o próprio tribunal de contas poderá realizar a ação de execução contra o referido gestor.

131

Acerca do Sistema Tributário Nacional conforme previsto na CF/88, marque a alternativa correta.

- (A) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- (B) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sendo obrigatório à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

- (C) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- (D) As contribuições de intervenção no domínio econômico são instituídas em caso de necessidade de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- (E) As contribuições econômicas são instituídas para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

132

Sobre as Finanças Públicas e o orçamento público previstos da CF/88, aponte a alternativa correta.

- (A) Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, as emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com os recursos da Lei Orçamentária Anual (LOa).
- (B) A lei que tratar da sustentabilidade da dívida deverá especificar os indicadores de sua apuração, sendo desnecessário especificar medidas de ajuste, suspensões e vedações.
- (C) De acordo com a Constituição Federal, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessárias com a finalidade de garantir a efetiva entrega de informações dos custos de investimentos.
- (D) Cada Poder da República é competente para iniciar o processo legislativo orçamentário de seu próprio orçamento, dada a independência funcional que lhes é garantida.
- (E) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

Direito Tributário**Marcelo Cavalcanti****133**

Marque a opção correta:

- (A) Pelo princípio da Pecunia non olet, o Estado não poderá cobrar tributo sobre a renda proveniente de atividade ilícita.
- (B) O princípio da proporcionalidade não é aplicável em matéria tributária quanto às normas substantivas relativas ao fato gerador ou base de cálculo para se determinar sua propriedade e alcance, mas é aplicável às normas procedimentais adjetivas, especialmente as que se referem ao devido processo legal.
- (C) Apesar do princípio da uniformidade tributária, a União pode conceder incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.
- (D) Os princípios da razoabilidade, da moralidade, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente são princípios tributários expressos que o STN deve seguir;
- (E) Os princípios da eficácia, da eficiência, da justiça tributária, da imparcialidade e da defesa do meio ambiente são princípios tributários expressos que o STN deve seguir.

134

Marque a opção correta:

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer quaisquer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais ou de cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
- (B) A limitação constitucional que veda a instituição ou o aumento de determinado tributo que, por consequência, cause grave desequilíbrio ao patrimônio do contribuinte, impõe o princípio da progressividade arbitrária.
- (C) A Constituição Federal permite aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante lei complementar, estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (D) Segundo o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) o princípio constitucional da vedação ao confisco admite sejam estabelecidas multas que ultrapassam cinco vezes o valor do tributo devido.
- (E) A produtividade de determinado tributo depende da elasticidade da respectiva receita tributária em relação à renda.

135

Marque a opção correta:

- (A) A bitributação jurídica ocorre quando entes tributantes distintos exigem de um mesmo sujeito passivo tributos diferentes, decorrentes do mesmo fato gerador. Em regra, ela não é admitida no Sistema Tributário Nacional, consistindo em invasão de competência tributária por algum dos dois entes.
- (B) Impostos seletivos sobre consumo atendem ao princípio da neutralidade, pois não geram distorções na alocação dos recursos.
- (C) Um Município poderá optar em não instituir um determinado imposto de sua competência tributária. Estamos diante do princípio da Renunciabilidade.
- (D) Sobre o Princípio da Praticidade é correto afirmar que o Princípio da Praticidade não é implícito e sim escrito na Constituição em regras que garantem a simplificação da execução das leis.
- (E) Os impostos devem estar obrigatoriamente vinculados a órgão, fundo ou despesa, sob pena de gerar a improbidade administrativa do servidor da repartição pública que receber a referida receita.

136

Marque a opção correta:

- (A) O princípio da função social da propriedade não se aplica ao direito tributário, uma vez que inexistente correlação entre essa função e a tributação.
- (B) Quando o tributo onera determinada atividade, empresa, ou grupo empresarial, interferindo no regime de competição estará atendendo ao princípio da isonomia.
- (C) De acordo com os princípios constitucionais tributários, pode ser previsto em norma infralegal a causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário;
- (D) São princípios constitucionais de Direito Tributário: transparência dos impostos ou da transparência fiscal, não cumulatividade, seletividade, não diferenciação tributária, tipicidade e imunidade.
- (E) A tributação da renda internacional, baseada no princípio da universalidade não procura minimizar eventuais desigualdades geradas pela tributação puramente territorial, isso porque a norma não atinge as pessoas jurídicas de direito privado que aplicam recursos em paraísos fiscais.

137

Marque a opção correta:

- (A) O Código Tributário Nacional admite a aplicação do princípio da insignificância aos ilícitos tributários, de modo que a ocorrência da infração fiscal depende da análise da efetividade e da extensão dos efeitos do ato.
- (B) Ato infralegal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária afronta o princípio da legalidade tributária.
- (C) A Constituição Federal permite aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante lei complementar, estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- (D) Segundo o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) o princípio constitucional da vedação ao confisco admite sejam estabelecidas multas que ultrapassem cinco vezes o valor do tributo devido.
- (E) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

138

Assinale a alternativa correta:

- (A) São tributos de competência da União Imposto de Importação, Imposto Predial e Territorial Urbano, Imposto de Renda.
- (B) Tributo para o custeio do serviço de energia elétrica é de competência da União.
- (C) relativamente ao imposto sobre produtos industrializados, é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em decreto, alterar as respectivas alíquotas.
- (D) São tributos de competência da União, dos Estados e dos municípios brasileiros, respectivamente, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).
- (E) Os tributos de competência da União incluem o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

139

Assinale a alternativa correta:

- (A) A expressão “legislação tributária”, conforme o art. 96, CTN, compreende os tratados internacionais, as leis e os decretos que versem sobre tributos, excluídas as demais normas tributárias.
- (B) A legislação tributária, por sua natureza, regulando os atos do fisco e contribuinte, é dotada de retroatividade como regra, e de irretroatividade como exceção.
- (C) A lei tributária não se aplica a ato ou fato pretérito, ainda que seja expressamente interpretativa, sob pena de violação do princípio da irretroatividade.
- (D) Somente a lei pode estabelecer a cominação de penalidades para ações e omissões contrárias a seus dispositivos.
- (E) A expressão “legislação tributária” compreende apenas as leis e os decretos.

140

Assinale a alternativa correta:

- (A) A lei tributária não poderá retroagir ou ser aplicada a ato pretérito que ainda não tenha sido definitivamente julgado, mesmo que o cometimento desse ato não seja mais definido como infração.
- (B) A interpretação da lei tributária que defina infrações ou estabeleça penalidades deve proteger, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato, o interesse da coletividade, de forma mais favorável ao fisco.
- (C) As decisões dos órgãos singulares ou coletivos no âmbito da jurisdição administrativa entrarão em vigor quarenta e cinco dias após a data da sua publicação quando a lei atribuir a elas eficácia normativa.
- (D) No que diz respeito à aplicação da legislação tributária, o Código Tributário Nacional dispõe que a legislação se aplica, em relação aos fatos geradores futuros e pendentes, de forma limitada aos efeitos já consolidados.
- (E) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

Legislação Tributária**Marcelo Cavalcanti****141**

Marque a opção correta:

- (A) No ordenamento jurídico brasileiro, constitui competência exclusiva do Poder Legislativo, relativamente ao ICMS, estabelecer os fatos geradores relativos a petróleo e derivados.
- (B) Incide ICMS sobre operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados.
- (C) Incide o ICMS sobre a entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.
- (D) É constitucional a imposição tributária de diferencial de alíquota do ICMS pelo estado de destino na entrada de mercadoria em seu território devido por sociedade empresária aderente ao Simples Nacional, independentemente da posição desta na cadeia produtiva ou da possibilidade de compensação dos créditos.
- (E) Nos termos da citada lei, pessoa jurídica que exerça preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software não é considerada beneficiária do regime especial de tributação para a plataforma de exportação de serviços de TI (REPES).

142

Marque a opção correta:

- (A) Conforme as regras constitucionais, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte (ICMS) incide sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, assegurados a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado em operações e em prestações anteriores.
- (B) A respeito da incidência de ICMS ou ISS, consolidou-se o entendimento: uma empresa não pode estar ao mesmo tempo sujeita a ICMS e ISS, conforme a etapa de venda ou manutenção do bem.
- (C) A Emenda Constitucional 33/2001 ampliou o campo de incidência do ICMS ao aludir à entrada de bem ou mercadoria importados do exterior. Assim, pode-se concluir que a importação de bem, seja para consumo, para integrar o ativo fixo ou para uso próprio da pessoa jurídica adquirente, ficou sujeita à incidência do tributo.

- (D) O sujeito passivo do ICMS é o adquirente-importador e não a pessoa que promove a exportação sediada no exterior.
- (E) Em casos de omissão ou em que as declarações e esclarecimentos não mereçam fé, ressalvado o direito ao contraditório, poderá a autoridade lançadora arbitrar o valor, conforme especifica a Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996.

143

Marque a opção correta:

- (A) Diferente do que ocorre no transporte interestadual de passageiros, o ICMS incide sobre a modalidade intermunicipal apenas quando iniciada no território do ente competente.
- (B) Descontos incondicionais nas bonificações não podem ser excluídos da base de cálculo do ICMS.
- (C) O preço final a consumidor sugerido e divulgado pelo fabricante em revista especializada pode figurar como base de cálculo do ICMS a ser pago pelo contribuinte sujeito ao regime de substituição tributária progressiva nos termos do artigo 8º, § 3º, da LC nº 87/96. Isso não se confunde com a cobrança de ICMS mediante pauta fiscal, vedada pela Súmula 431 do STJ.
- (D) O ICMS, responsável por grande parte da arrecadação dos Estados, incide sobre as operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie.
- (E) A empresa adquirente, em Tocantins, deverá contabilizar como estoques o valor da mercadoria destacado na nota fiscal deduzido dos valores do ICMS, do PIS e da COFINS, os quais incidem nessa operação por serem tributos sujeitos a não cumulatividade.

144

Marque a opção correta:

- (A) O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é um imposto exclusivamente municipal.
- (B) O agente utilizará o valor da operação como base de cálculo do ICMS nos casos de saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte e do fornecimento da mesma por prestação de serviço, e da mesma forma, por similaridade, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- (C) O ICMS não incidirá sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, mas incidirá fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendido na competência tributária dos Municípios.

- (D) Concernente à exoneração do imposto, é certo afirmar que o ICMS não incide sobre prestações onerosas de serviços de comunicação por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.
- (E) A demanda de potência elétrica não é passível, por si só, de tributação via ICMS, porquanto somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes àquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor.

145

Assinale a opção correta:

- (A) É uma das obrigações previdenciárias da empresa: Repassar aos empregados os valores devidos a título de contribuição previdenciária para fins de recolhimento.
- (B) A obrigação tributária de terceiros se limita apenas ao pagamento do tributo, excluindo qualquer responsabilidade por obrigações acessórias, como multas, em todas as circunstâncias. Dessa forma, o princípio da pessoalidade da pena é preservado.
- (C) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação, mas não da fiscalização dos tributos.
- (D) A obrigação tributária é principal ou acessória, e esta, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (E) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

146

Assinale a opção correta:

- (A) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (B) O cumprimento de uma obrigação tributária acessória somente poderá recair sobre o contribuinte ou o responsável pelo tributo.
- (C) O fato gerador da obrigação acessória é situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- (D) As obrigações acessórias no direito tributário existem no interesse da celebração do negócio.
- (E) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

147

Assinale a opção correta:

- (A) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador.
- (B) Sujeito passivo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- (C) Fato gerador da obrigação acessória é a criação de uma lei somente.
- (D) São exemplos de obrigações acessórias a declaração do Imposto sobre a Renda e a multa decorrente do seu descumprimento.
- (E) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos

148

Assinale a opção correta:

- (A) As obrigações acessórias no direito tributário existem no interesse da celebração do negócio.
- (B) A obrigação sucessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (C) A obrigação acessória não pode converter-se em principal.
- (D) sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- (E) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Administração Pública**José Wesley****149**

Considere a tabela abaixo.

Classificação	Código do Item	Valor do Estoque do Item	Porcentagem do Item	Valor do Estoque Acumulado	Porcentagem Acumulada
1	12	360.000,00	36,0%	360.000,00	36,0%
2	25	280.000,00	28,0%	640.000,00	64,0%
3	11	100.000,00	10,0%	740.000,00	74,0%
4	15	60.000,00	6,0%	800.000,00	80,0%
5	9	55.000,00	5,5%	855.000,00	85,5%
6	14	38.000,00	3,8%	893.000,00	89,3%
7	16	22.000,00	2,2%	915.000,00	91,5%
8	5	20.000,00	2,0%	935.000,00	93,5%
9	17	15.000,00	1,5%	950.000,00	95,0%
10	30	10.000,00	1,0%	960.000,00	96,0%
demais itens		40.000,00	4,0%	1.000.000,00	100,0%

Pelo "Princípio de Pareto", é correto afirmar que a classe C é composta por:

- (A) 4 itens.
- (B) 2 itens.
- (C) Mais de 5 itens.
- (D) 5 itens.
- (E) Menos de 6 itens.

150

Caso a organização utilize o sistema de ponto de pedido e que o consumo diário de determinado item nessa instituição seja de 200 unidades, que o período de reabastecimento do item seja de 5 dias e que o estoque de segurança do item corresponda ao consumo de 10 dias, é correto afirmar que o ponto de pedido do item em questão é de:

- (A) 2.800 unidades.
- (B) 3.000 unidades.
- (C) 3.100 unidades.
- (D) 5.000 unidades.
- (E) 3.300 unidades.

151

O marco histórico que impulsionou a transformação da Administração Pública no Brasil, priorizando a eficiência, a qualidade e o atendimento às necessidades da sociedade e que foi considerado um retrocesso no processo de evolução da administração pública foi:

- (A) Reforma Administrativa de 1936.
- (B) Constituição de 1988.
- (C) Plano Real de 1994.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000.
- (E) Decreto Lei n. 200/1967.

152

No âmbito da administração pública, o termo "Accountability" significa:

- (A) Prestação de contas e transparência na gestão dos recursos públicos.
- (B) Responsabilidade individual dos servidores públicos por suas ações.
- (C) Processo de seleção e nomeação de cargos de confiança na Administração Pública.
- (D) Mecanismos de controle externo exercidos por instituições de controle, como os Tribunais de Contas.
- (E) Mecanismos para ajustamento de renda e valorização do mercado.

153

A nova gestão pública é caracterizada pela formação de parcerias, inclusive com o Terceiro Setor. Marque a alternativa que indique o que caracteriza o Terceiro Setor na organização da sociedade:

- (A) Organizações privadas com fins lucrativos, responsáveis por atividades de responsabilidade social.
- (B) Organizações governamentais, responsáveis pela execução de políticas públicas.
- (C) Organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que atuam no campo social.
- (D) Organizações sindicais, responsáveis pela representação dos trabalhadores.
- (E) Organizações governamentais, responsáveis pela promoção do ajustamento de renda.

154

Em relação à evolução da administração pública no Brasil e o pensamento administrativo após os anos 30, percebe-se, principalmente com a entrada em vigor da Constituição de 1946, a ampliação da estatização dos serviços públicos. Com relação à estatização dos serviços públicos nos entre os anos 40 e 80 do século XX, assinale a alternativa correta.

- (A) Ampliou-se a competência de estados e municípios na prestação de serviços de utilidade pública no Brasil.
- (B) Diminui a intervenção do Estado na atividade econômica do país.
- (C) Amplia-se as concessões de serviços de utilidade pública para empresas privadas.
- (D) O regime de concessões de serviço de utilidade pública, no período citado, mantém-se aberto para o capital estrangeiro.
- (E) A estatização dos serviços de utilidade pública tornou inoperante grande parte das cláusulas típicas dos contratos de concessão de serviço público.

Políticas Públicas

José Wesley

155

Marque a alternativa que melhor descreve uma característica central das redes de políticas públicas:

- (A) Interdependência entre atores e horizontalidade na tomada de decisão.
- (B) Centralização de poder e controle rígido das informações.
- (C) Ausência de interações entre os atores envolvidos.
- (D) Hierarquização extrema e comunicação unidirecional.
- (E) Resposta rápida às demandas sociais com mínima interação entre as partes.

156

Em relação ao processo de formulação e desenvolvimento de políticas marque a alternativa a seguir que exemplifica a intervenção estatal em resposta a uma falha de mercado:

- (A) O governo concede subsídios para a produção de bens de mérito, como educação e saúde.
- (B) O governo privatiza empresas públicas para aumentar a competitividade.
- (C) O governo reduz a regulação para permitir maior liberdade econômica.
- (D) O governo estabelece monopólios naturais para aumentar a eficiência.
- (E) O governo implementa políticas para promover a auto-regulação do mercado.

157

Assinale a alternativa que descreve corretamente o papel das instituições na formulação e implementação de políticas públicas:

- (A) As instituições não influenciam as políticas públicas, que são definidas exclusivamente pelo mercado.
- (B) As instituições estabelecem as regras formais e informais que moldam as interações entre os atores envolvidos.
- (C) As instituições são atores neutros que apenas executam políticas definidas pelos legisladores.
- (D) As instituições são exclusivamente responsáveis pela implementação, sem influência na formulação das políticas.
- (E) As instituições sempre agem como barreiras para a inovação nas políticas públicas.

158

Marque o fator a seguir que é mais propenso a aumentar a incidência de corrupção em políticas públicas:

- (A) Transparência nos processos de tomada de decisão.
- (B) Alta concentração de poder e falta de prestação de contas.
- (C) Participação popular e controle social.
- (D) Forte regulação e auditoria contínua.
- (E) Integração interinstitucional e cooperação entre órgãos.

159

Os indicadores são mecanismos importantes em várias áreas do conhecimento, no âmbito de políticas públicas eles são utilizados para:

- (A) Avaliar exclusivamente os processos administrativos.
- (B) Medir os resultados e impactos das políticas implementadas, orientando ajustes e decisões futuras.
- (C) Criar metas para políticas sem mensurar sua efetividade.
- (D) Substituir a necessidade de auditorias financeiras.
- (E) Justificar cortes orçamentários independentemente dos resultados obtidos.

160

Há variadas formas para avaliar a eficiência e a eficácia de programas governamentais. Marque a sistemática mais comum no contexto das políticas públicas:

- (A) Modelo SWOT.
- (B) Modelo de Análise de Custo-Benefício.
- (C) Modelo de Decisão Binária.
- (D) Modelo de Ponto de Equilíbrio.
- (E) Modelo de Gestão de Qualidade Total.



2º Simulado

**CAGE/RS – Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul
Auditor do Estado (Pós-Edital)**

FOLHA DE RESPOSTAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140
141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 2,8 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!